

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI
INSTITUTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E GESTÃO

JERUSA OLIVEIRA MACHADO

**UMA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO
DE UM INSTITUTO FEDERAL, COM ENFOQUE NOS FATOS
ORÇAMENTÁRIOS ANALISADOS NA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**

Itajubá - MG
Dezembro - 2017

JERUSA OLIVEIRA MACHADO

**UMA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO
DE UM INSTITUTO FEDERAL, COM ENFOQUE NOS FATOS
ORÇAMENTÁRIOS ANALISADOS NA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração. Área de Concentração: Administração. Linha de Pesquisa: Sistemas de Informação para Apoio à Decisão, sob a orientação do Prof. Dr. Fábio Favaretto.

Itajubá - MG
Dezembro - 2017



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002

ANEXO I
FOLHA DE JULGAMENTO DA BANCA EXAMINADORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – MESTRADO
PROFISSIONAL

Título da Dissertação: "Uma
Avaliação da Qualidade da Informação na Gestão de um
Instituto Federal, com enfoque nos Fatos Orçamentários
Avaliados na Execução Orçamentária"

Autor: **Jerusa Oliveira Machado**

JULGAMENTO

Examinadores	Conceito		Rubrica
	A = Aprovado	R = Reprovado	
1ª	A		
2ª	A		
3ª	A		

Observações:

(1) O Trabalho será considerado Aprovado se todos os Examinadores atribuírem conceito A.

(2) O Trabalho será considerado Reprovado se forem atribuídos pelos menos 2 conceitos R.

Este documento terá a validade de 30 (trinta) dias a contar da data da defesa da Dissertação.

Resultado Médio: **Conceito:** A, ou seja: APROVADO

Observações: _____

Itajubá, 11 de dezembro de 2017

Prof.ª Dr.ª Adriana Mattedi
1ª Examinadora – UNIFEI / DTecS

Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Pinho
2º Examinador – UNIFEI

Prof. Dr. Fábio Favaretto
3º Examinador (Orientador) - UNIFE

Ao meu pai Antônio, que mesmo não tendo as mesmas oportunidades acadêmicas que tive, com sua grande sabedoria, compreendeu muito bem a importância deste trabalho.

À minha mãe Lindenalva (in memoriam), que foi minha primeira professora e sempre me incentivou a estudar e lutar para conquistar os meus sonhos. Mulher guerreira que, mesmo nos últimos momentos de sua vida, me estimulou a continuar a escrita desta dissertação.

Aos meus três irmãos, Itamar, Tâmara e Leandro que, pelos esforços e conquistas que tiveram, sempre foram um incentivo para mim.

Ao meu sobrinho Davi, que chegou em minha vida como um grande presente e tem enchido meus dias de alegria e vontade de viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, pela força e coragem para enfrentar e vencer este desafio.

Ao Diretor Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Campos do Jordão, Hélio Sales Rios, pela disposição, contribuição e apoio incondicional na realização deste trabalho.

Ao Diretor de Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Campos do Jordão, Marcos Aurélio Barbosa de Lima, e aos demais colegas do setor pelo incentivo, compreensão e suporte nas minhas ausências. Agradeço também, em especial ao administrador/professor Udo Alexandre Wagner pelas caronas até a UNIFEI e ao bibliotecário Kleber Soares de Araújo pela ajuda na realização de algumas pesquisas.

Aos professores e colegas do mestrado, que foram essenciais nesta minha conquista. Em especial ao orientador e coordenador do curso Professor Dr. Fábio Favaretto, pelas orientações, profissionalismo, incentivo, paciência e extrema atenção em todas as etapas deste trabalho.

Aos professores doutores, membros da banca examinadora, pela leitura atenta e por suas contribuições a esta dissertação.

A Victória Ribeiro Fonseca, estudante de Engenharia Civil da UNIFEI, por me receber na sua residência em Itajubá-MG, em alguns momentos importantes desta minha jornada.

Aos servidores da biblioteca e coordenação de pós-graduação da UNIFEI, pela ajuda e atenção nos momentos necessários.

À professora Juraci Carreon Beraldi, pela presteza na correção gramatical e formatação textual.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação.

Veni, vidi, vici. [“Vim, vi e venci”]

Júlio César.

RESUMO

A informação é um recurso primordial para a tomada de decisão. A falta de qualidade na informação em uma organização pode proporcionar impactos sociais, bem como ao negócio. Sendo assim, este estudo tem como objetivo principal medir e avaliar a qualidade da informação usada pelo gestor do Câmpus Campos do Jordão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e a sua influência na tomada de decisões. Esta demanda surgiu a partir da necessidade de investigação acerca da qualidade da informação do gestor, no que diz respeito à execução do orçamento público, tendo em vista o cenário inicial de expansão do órgão com a descentralização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, a necessidade de cumprir com o objetivo da contabilidade e, ainda, a formação do gestor em área não afim às Ciências Contábeis. O procedimento de pesquisa escolhido foi a pesquisa-ação, por meio da qual o pesquisador, utilizando a observação participante, pode interferir no objeto de estudo de forma cooperativa com os participantes da ação, para resolver um problema e contribuir para a base do conhecimento. Esta pesquisa teve êxito no seu propósito, uma vez que o resultado aponta que houve melhoria na qualidade da informação do tomador de decisão após a aplicação de um plano de ações. Pretende-se realizar, continuamente, a análise da qualidade da informação orçamentária nessa Unidade Gestora.

Palavras-chave: Execução Orçamentária. Qualidade da Informação. Tomada de Decisão.

ABSTRACT

Information is a primordial resource for decision-making. Bad quality information, in an organization, can lead to social impact as well as to the business. Therefore, this study has as main objective to measure and evaluate the quality of the information used by the manager of Campus do Jordão of the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo and its influence over decision-making. This demand emerged from the need of investigation concerning the quality of information used by the manager, regarding the execution of the public budget in view of the starting scenario of the budget decentralization, financial, accounting and patrimonial, the expansion of the organ, the necessity to accomplish the goal of accounting and also the manager education in a field not associated to the Accounting Science. The approach chosen to obtain the wanted result was the action-research, in which the researcher with the aid of participant observation could cooperatively interfere in the study object with the participants of the action in order to solve a problem and contribute to the base of knowledge. This research succeeded in its purpose once the results indicate improvement in the quality of information of the decision-maker after the implementation of an action plan. It is intended to perform this budget information quality analysis, continuously at this Management Unit.

Keywords: Budget Execution. Information Quality. Decision-making

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Marcos do Reordenamento das Finanças Públicas.....	19
Figura 2	Tela Principal do Tesouro Gerencial.....	21
Figura 3	Ciclo Integrado de Planejamento e Orçamento.....	24
Figura 4	Estrutura do <i>Framework</i> de Eppler (2006).....	42
Figura 5	Ciclo da Pesquisa-Ação.....	46
Figura 6	Quantidade de Empenhos Emitidos em 2015.....	70
Figura 7	Quantidade de Liquidações Emitidas em 2015.....	71
Figura 8	Quantidade de Ordens Bancárias Emitidas em 2015.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resultado das Realizações – Superávit e Déficit.....	31
Quadro 2	Estrutura do Balanço Orçamentário – Quadro Principal.....	33
Quadro 3	Execução de Restos a Pagar Não Processados.....	34
Quadro 4	Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados...	35
Quadro 5	Dimensões para a Avaliação da Qualidade da Informação.....	39
Quadro 6	Justificativa das dimensões da qualidade da informação não utilizada no estudo descritivo.....	43
Quadro 7	Dimensões da qualidade, formas de medição e respectivos pesos utilizados no experimento.....	44
Quadro 8	Bloco 1 – Formação.....	53
Quadro 9	Bloco 2 – Conhecimento sobre Orçamento e Contabilidade Pública.....	54
Quadro 10	Bloco 3 – Gestão Orçamentária.....	55
Quadro 11	Bloco 4 – Aplicação da Pesquisa-Ação.....	56
Quadro 12	Plano de Ações.....	58
Quadro 13	Dimensões para a Avaliação da Qualidade da Informação.....	62
Quadro 14	Justificativa das dimensões da qualidade da informação não utilizada no estudo descritivo.....	63
Quadro 15	Dimensões da qualidade, formas de medição e respectivos graus de importância utilizados no experimento.....	64
Quadro 16	Justificativa do grau de importância atribuído a cada dimensão.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Valores obtidos para cada resultado orçamentário em cada dimensão da qualidade da informação – Antes da Aplicação do Plano de Ações.....	67
Tabela 2	Valores obtidos para cada resultado orçamentário em cada dimensão da qualidade da informação – Após a Aplicação do Plano de Ações.....	68
Tabela 3	Resultados obtidos na medição da qualidade da informação do gestor na execução orçamentária de 2015 – Antes da Aplicação do Plano de Ações.....	68
Tabela 4	Resultados obtidos na medição da qualidade da informação do gestor na execução orçamentária de 2015 – Após a Aplicação do Plano de Ações....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CCONT	Coordenação Geral da Contabilidade da União
CJO	Câmpus Campos do Jordão
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CPR	Contas a Pagar e Receber
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DCON	Demonstrações Contábeis
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei da Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MF	Ministério da Fazenda
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTO	Manual Técnico de Orçamento
NP	Nota de Pagamento
NS	Nota de Lançamento de Sistema
OB	Ordem Bancária

PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDCA	<i>Plan – Do – Check – Act</i>
PPA	Plano Plurianual
PT	Plano de Trabalho
QI	Qualidade da Informação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIG	Sistema de Informação Gerencial
SMI	Sistema da Manufatura da Informação
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TQM	<i>Total Quality Management</i>
UG	Unidade Gestora
UO	Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.....	18
2.1.1 Segurança no SIAFI.....	22
2.2 Acompanhamento e Execução Orçamentária da Despesa.....	22
2.3 Relevância da Informação Contábil nas Entidades Públicas.....	28
2.4 Balanço Orçamentário.....	29
2.5 Qualidade da Informação.....	36
3 METODOLOGIA.....	46
3.1 Pré-Passo – Diagnóstico.....	47
3.2 Passos de Condução.....	47
3.3 Metapasso – Monitoramento	50
4 RESULTADOS.....	51
4.1 Primeiro Ciclo da Pesquisa-Ação.....	51
4.1.1 Pré-Passo – Diagnóstico.....	51
4.1.2 Passos de Condução.....	52
4.1.3 Metapasso – Monitoramento.....	59
4.2 Segundo Ciclo da Pesquisa-Ação.....	60
4.2.1 Pré-Passo – Diagnóstico.....	60
4.2.2 Passos de Condução.....	61
4.2.3 Metapasso – Monitoramento.....	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
6 REFERÊNCIAS.....	79
7 APÊNDICES.....	87
8 ANEXO.....	94

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) é uma autarquia federal com mais de cem anos de ensino profissional. Oferece cursos técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados, especialização e mestrado. É uma Instituição componente da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mas, origina-se historicamente com a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, Escola Técnica Federal de São Paulo e o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (IFSP, 2015). Já o Câmpus Campos do Jordão é uma Unidade Gestora (UG) pertencente a esta instituição e teve seu funcionamento autorizado em 09 de junho de 2008, por meio da Portaria nº. 711, publicada no Diário Oficial da União (DOU), na mesma data. Sua descentralização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial ocorreu no final de 2013 e esta UG é o objeto de estudo desta dissertação de mestrado.

Com esta descentralização, viu-se a necessidade de entender o orçamento público e, em especial, analisar os fatos orçamentários, que são acontecimentos na execução do orçamento que provocam variações no patrimônio da entidade, podendo ou não alterar o patrimônio líquido. A Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, em seu artigo 89, estabelece que “a contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial” (BRASIL, 1964).

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) está estruturado de acordo com as seguintes naturezas das informações contábeis: a) Natureza de Informação Orçamentária: Registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária. (BRASIL, PCASP, 2017, p.08).

A estrutura organizacional do Câmpus Campos do Jordão (CJO) tem, como função maior, o cargo de Diretor Geral ou Ordenador de Despesas, seguido pelos seus gerentes/diretores de área e coordenadores (IFSPCJO, 2015).

Compete ao Diretor Geral, segundo a Portaria do IFSP nº. 1003, de 10 de março de 2014, diversas atribuições típicas de ordenador de despesas como: administrativas, financeiras, orçamentárias e patrimoniais.

Quanto às competências orçamentárias, pode-se citar a Gestão do Orçamento que compreende: autorização, indicação e previsão de recursos orçamentários, adequações de créditos orçamentários, remanejamentos e controles orçamentários.

Sendo assim, as decisões tomadas pelos gestores públicos são relevantes. São aqui apresentadas, algumas das possíveis decisões a serem tomadas por estes, no tocante aos fatos orçamentários.

É importante entender a execução do orçamento público, desde os lançamentos de notas de crédito até o pagamento da despesa. Isto o fará saber como está acontecendo a execução orçamentária, quais ações, projetos e ou atividades estão sendo favorecidas e quanto de créditos orçamentários são devolvidos no final do ano sem a devida utilização.

Neste contexto, cabe ao gestor, antes do fechamento do exercício, e em vários momentos no decorrer deste, verificar os programas, as ações, projetos e/ou atividades da Unidade Gestora (UG). Quando encontrar alguma ação com pouca execução, verificar junto aos responsáveis a razão dessa não execução e, caso esta não tenha previsão de ser executada na sua totalidade, deve-se proceder com a autorização e justificativa, o cancelamento dos empenhos e o remanejamento dos créditos orçamentários para outra ação que fará a devida utilização. Não é oportuno o retorno de créditos orçamentários para o órgão central. Se existe orçamento, o essencial é que seja executado conforme foi planejado ou, ainda, ajustado às necessidades da UG, levando em conta as disposições legais.

O gestor pode tomar decisões tanto estruturadas quanto não estruturadas. Um exemplo de decisão não estruturada é a realocação do novo total do crédito orçamentário anual nos programas, ações e projetos de uma instituição. Uma decisão como esta não é rotineira e deve contar com o bom senso do gestor na escolha das ações que terão redução ou extinção dos créditos; mesmo com o orçamento já limitado, isto ocorreu no Câmpus Campos do Jordão do IFSP no final de 2016, devido à crise econômica e aos cortes nos gastos públicos. Outro exemplo de decisão não estruturada é a abertura de um crédito extraordinário; trata-se de um procedimento imprevisível e urgente e só ocorre em casos específicos como, por exemplo, guerra, comoção interna e calamidade pública.

O acesso aos dados da execução orçamentária é feito de maneira relativamente fácil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e no orçamento da UG. Contudo, o gestor, desta UG por ser de área diversa, não conhece profundamente os módulos do sistema, sua lógica de funcionamento e a contabilidade em si, o que dificulta a compreensão da execução do orçamento público, podendo isto atrapalhar o gestor no momento das suas decisões.

Diante deste cenário, foi identificada pela contadora responsável pelo Câmpus objeto de estudo, também pesquisadora, a necessidade de incentivar o seu gestor à compreensão, análise e envolvimento com a execução do orçamento público para uma tomada de decisões

de maneira mais acertada, uma vez que “cabe à contabilidade fornecer informações para a tomada de decisões” (MAUSS, 2012, p. 130).

Tendo em vista o panorama em questão de descentralização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial recente, nomeação de contabilistas concomitante com a descentralização e expansão do IFSP, gestor com formação em área não afim às ciências contábeis e ainda, a necessidade de cumprir com o objetivo da contabilidade, o presente estudo se depara com o seguinte problema de pesquisa:

A má qualidade da informação compromete algumas informações orçamentárias e, por consequência, interfere no processo da tomada de decisões?

A resolução do problema supracitado caracteriza uma pesquisa de mestrado profissional, pois a autora, sendo contadora responsável pela UG a ser estudada, busca com a pesquisa aprofundar o estudo sobre o tema e produzir conhecimento e ou esclarecimentos concisos e direcionados, que servirão de sugestão aos demais gestores de outras UG's, sobre a necessidade do bom uso das informações constantes na execução do orçamento público. Estas informações e o envolvimento destes gestores com a contabilidade, tende a tornar suas decisões mais acertadas.

“Geralmente qualidade da informação é definida como ‘adequação ao uso’, ou seja, capacidade de uma dada informação atender aos requisitos esperados pelo usuário” (FERREIRA, 2011, p. 17).

Uma informação de qualidade é muito importante para o gestor na tomada de suas decisões, uma vez que quando a qualidade da informação é avaliada, é possível definir o planejamento estratégico, realizar o controle gerencial, promover a gestão transparente, reduzir custos, dentre outros.

Assim, o objetivo principal deste estudo é medir e avaliar a qualidade da informação usada pelo gestor do Câmpus Campos do Jordão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e a sua influência na tomada de decisões.

Este estudo visa os seguintes objetivos específicos para responder ao problema de pesquisa:

- 1) Apresentar ao gestor uma análise da execução orçamentária anual de 2015, bem como um estudo sobre a qualidade da informação e as atribuições de um ordenador de despesas na execução do orçamento público.

2) Medir e avaliar a qualidade da informação usada pelo gestor antes e após um treinamento e aplicação de um plano de ações voltado para o melhoramento desta qualidade.

A pesquisa desenvolvida teve o envolvimento da Instituição, uma vez que a intenção foi de oferecer benefícios à gestão interna e, ainda, demonstrar que uma informação de qualidade é essencial para que o gestor tome suas decisões de forma mais adequada.

Esta dissertação está dividida em 5 (cinco) capítulos, estruturados conforme segue:

No primeiro capítulo consta a Introdução que abrange a apresentação do tema e sua relevância, a justificativa da pesquisa, o problema de pesquisa, bem como o objetivo geral e os objetivos específicos.

O segundo capítulo é composto pelo Referencial Teórico que é subdividido em: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Acompanhamento e Execução Orçamentária da Despesa, Relevância da Informação Contábil nas Entidades Públicas, Balanço Orçamentário e Qualidade da Informação.

No terceiro capítulo é descrita a Metodologia de Pesquisa empregada, detalhando as características da pesquisa, a metodologia da Pesquisa-ação escolhida, o objeto de estudo e as etapas da pesquisa.

Já no quarto capítulo é apresentada a condução da pesquisa com a descrição de cada etapa da pesquisa-ação aplicada, os resultados e as análises.

No quinto e último capítulo constam as considerações finais desta dissertação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Por meio de diversas fontes digitais e impressas, este referencial teórico busca encontrar fundamentação para o problema e os objetivos apresentados, a fim de documentar a existência de estudos que já trataram do assunto e, desta forma, contribuir para as conclusões deste estudo.

2.1 Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

O Governo Federal, até o exercício de 1986, passou por vários problemas administrativos em relação aos métodos de trabalho empregados e a defasagem de informações que dificultavam a adequada gestão dos recursos públicos e impossibilitavam a elaboração de um orçamento unificado (NAVES, 2011).

O SIAFI, como afirmam Feijó et al. (2014, p. 22) é:

O sistema informatizado que processa e controla a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil da União. O SIAFI foi implementado em 1987, tornando-se, desde então, importante instrumento para o acompanhamento e controle destes processos no âmbito do Governo Federal. Atualmente, se apresenta como um dos mais abrangentes instrumentos de administração das finanças públicas, dentre os seus congêneres conhecidos no mundo.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2016), o SIAFI é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal. Desde sua criação, o SIAFI tem alcançado satisfatoriamente seus principais objetivos que são:

- a) prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública;
- b) fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal;
- c) permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal;
- d) padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora;
- e) permitir o registro contábil dos balancetes dos estados e municípios e de suas supervisionadas;
- f) permitir o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas;

- g) integrar e compatibilizar as informações no âmbito do Governo Federal;
- h) permitir o acompanhamento e a avaliação do uso dos recursos públicos;
- i) proporcionar a transparência dos gastos do Governo Federal.

A Figura 1 apresenta os marcos do reordenamento das finanças públicas.



Figura 1 – Marcos do Reordenamento das Finanças Públicas

Fonte: Feijó et al. (2014)

Este sistema, apesar de bastante completo e abrangente, necessita de ações que, de fato, confirmem a legalidade e correção dos lançamentos nele inseridos, são as chamadas “conformidades”, ou seja, conformidade contábil e de gestão. Isto decorre, pois os executores, ao utilizarem o sistema, dispõem de algumas alternativas, as quais podem ser passíveis de lacunas e/ou erros. Sendo assim, foi instituída esta salvaguarda no SIAFI.

[...] o SIAFI é um sistema contábil que também permite a prática de atos administrativos, especialmente emissão de empenhos e de pagamentos. Ou seja, as técnicas contábeis foram implantadas em sistema eletrônico para maior rapidez e segurança dentro da lógica da contabilidade pública. Com isso, os conceitos, as operações e os exemplos utilizaram expressões e técnicas contábeis a ponto de confundir Contabilidade Pública com SIAFI e vice-versa (CASTRO, 2011, p. 108).

Em conformidade com Pereira et al. (2014, p. 07) tem-se que:

Diante da importância da informação para as decisões de uma entidade, da contabilidade no alcance, tradução e disponibilização da informação para o gestor e dos sistemas de informação como auxiliares a essa ciência e sua tarefa; o Governo Federal identificou a conveniência de recorrer a um sistema de apoio a gestão para subsidiar a administração pública nesse âmbito.

Criou-se então o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) Gerencial. Um sistema no formato de informação gerencial (SIG), responsável por consolidar informações da execução orçamentária, financeira e patrimonial da contabilidade do Governo Federal as quais são lançadas em outro sistema, o SIAFI Operacional.

Desta forma, existem nos órgãos do Governo Federal, o SIAFI Operacional, onde são realizados lançamentos orçamentários, financeiros, patrimoniais e o SIAFI Gerencial que possibilita a emissão de diversos relatórios, inclusive os que tratam da execução orçamentária da Unidade Gestora. Estes sistemas são integrados e tudo que se origina do gerencial é extraído de dados constantes no operacional. Os relatórios gerados pelo SIAFI Gerencial também constituem dados que, se bem analisados, podem se tornar importantes fontes de informações para a tomada de decisões dos gestores públicos.

Esse sistema surgiu com o intuito de propiciar aos usuários do SIAFI Operacional maior flexibilidade, autonomia e agilidade na obtenção de informações gerenciais. Como consequência, possibilitou a criação de consultas e produção de relatórios que melhor atendessem suas necessidades. Isto é, veio complementar a versão Operacional, uma vez que esta tem limitações quanto a gerar informações para a tomada de decisão. Desta forma, é considerado um subprojeto do SIAFI Operacional (PEREIRA et al., 2014, p. 6-7).

A Figura 2 mostra a tela principal do Tesouro Gerencial.

The image shows a screenshot of a web browser displaying the main interface of the Tesouro Gerencial system. The browser's address bar shows the URL: <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/servlet/mstrWeb?evt=3010&usrSmgr=0.00000001515072df163f1b449f95c42699a87d35e4e2c457fcb381a1bbc4b57b456806b6ada982...>. The page title is "TESOUROGERENCIAL" and the breadcrumb navigation shows "TESOURO GERENCIAL > Home".

The interface is organized into several sections:

- Left Sidebar (Criar):** Contains a "Criar" button and a list of items: "Recentes", "Relatórios Compartilhados", "Meus relatórios", "Lista de Histórico", and "Minhas Subscrições".
- Procurar Section:** Features a "Procurar" button and four icons representing "Relatórios Compartilhados", "Meus relatórios", "Lista de Histórico", and "Minhas Subscrições".
- Analisar Section:** Features an "Analisar" button and one icon representing "Criar dashboard".
- Desenvolver Section:** Features a "Desenvolver" button and five icons representing "Criar relatório", "Criar Documento", "Criar Filtro", "Criar prompt", and "Criar Métrica".

The top right corner of the page indicates "Dados atualizados até 21/09/2017". The Windows taskbar at the bottom shows the system tray with the date "22/09/2017" and time "15:08".

Figura 2 – Tela principal do Tesouro Gerencial

Fonte: Tesouro Gerencial (2017)

É importante ressaltar que no ano de 2015 o SIAFI Gerencial foi substituído pelo Tesouro Gerencial, sistema este com algumas melhorias, mas, com a mesma função e interligação com o SIAFI Operacional.

2.1.1 Segurança no SIAFI

A segurança no SIAFI trata de salvaguardar os fatos de natureza financeira, orçamentária, patrimonial que dão entrada no referido sistema, via lançamentos dos usuários.

De acordo com a STN (BRASIL, STN, 2015)

O SIAFI apresenta uma série de métodos e procedimentos para disciplinar o acesso e assegurar a manutenção da integridade dos dados e do próprio sistema. Esta proteção se dá tanto contra utilizações indevidas ou desautorizadas como eventuais danos que pudessem ser causados aos dados. Assegura-se, portanto, a confiabilidade dos dados no sistema, sua responsável utilização e a responsabilização dos gestores e usuários que delas dispõem.

O SIAFI tem sua segurança baseada em princípios e instrumentos contidos no Manual do SIAFI – Macrofunção 020801, 2012, item 2.5.1 (BRASIL, 2012), os quais são: Senha, Conformidade Contábil, Conformidade de Operadores, Conformidade de Registros de Gestão, Identificação das Operações do Usuário, Integridade e Fidedignidade dos Dados e Inalterabilidade dos Documentos (FEIJÓ et al., 2014).

Segundo Costa (2006, p. 87):

Um controle interno contábil, tempestivo e concomitante sobre as transações contábeis efetuadas no SIAFI, tendo por base instrumentos de segurança do sistema, tais como conformidade diária, de suporte documental e contábil, pode ser útil no controle e evidenciação da execução orçamentária e financeira, de forma a prevenir juro e minimizar as possibilidades de desvios e fraudes.

Sendo assim, a conformidade contábil é um dos métodos que visa assegurar a integridade dos dados e do próprio SIAFI contra utilizações indevidas ou desautorizadas, garantindo, assim, a confiabilidade dos dados no sistema.

2.2 Acompanhamento e Execução Orçamentária da Despesa

Segundo o Manual Técnico de Orçamento (BRASIL, MTO, 2015, p. 15) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (BRASIL, MCASP, 2015, p.39) “o orçamento é

instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período”.

Conforme apontam Rocha, Marcelino e Santana (2013), o orçamento público tem sido um campo fértil de pesquisas nos últimos 70 anos, mormente por refletir uma arena em que atores com interesses difusos buscam a satisfação de suas demandas. Podem ser citados, segundo os referidos autores, os estudos internacionais de Key Jr. (1940), Lindblon (1959), Rubin (1993), Peters (1995), Wildavsky (2002), Caiden e Wildavsky (2003) e Schick (2006). No Brasil, os autores apontam os estudos de Abrucio e Loureiro (2004), Giacomoni (2005) e Matias-Pereira (2007). O ponto de entendimento comum entre esses estudiosos apontados, é que o Estado não possui recursos suficientes para suprir todas as necessidades da sociedade e, por consequência, tem de escolher em quais demandas alocará os recursos escassos provenientes dos seus tributos financiadores. Entretanto, escolher em quais demandas os recursos serão aplicados não é tarefa simples.

Lyrio et al. (2014) apontam duas dissertações, cuja pesquisa versaram sobre o orçamento público nas instituições federais, bem como sua interação com o planejamento. A primeira, de Vasconcellos (2010), aborda a temática do orçamento público nas instituições federais de ensino superior, com o caso da Universidade Federal de Sergipe; este descreve as peculiaridades do processo orçamentário na universidade, as potencialidades e perspectivas para o aumento de receita, a alocação das despesas e investimentos e, por fim, analisa o desempenho da universidade de 1998 a 2008, com vistas a retratar o orçamento como um espelho do planejamento para o período. A segunda dissertação, de Francisco (2005), mostra essa integração entre planejamento e orçamento público; o autor realizou pesquisa mais ampla por meio de um estudo multicaso em 55 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), coletando as opiniões dos responsáveis pelo planejamento nas respectivas instituições. O resultado apontou que os entrevistados reconhecem o orçamento público como um importante instrumento de planejamento, mas que ele pode não representar as reais necessidades da instituição, precisando ser complementado com um plano de desenvolvimento institucional.

Como aborda a Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 165º), as leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, contendo, nesta última, a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade (BRASIL, 1964, art. 2º).

No orçamento público, são arroladas as receitas previstas e as despesas fixadas para o ano civil. É uma forma de planejamento dos gastos dos programas governamentais a cada

exercício financeiro sendo, portanto, a operacionalização anual do plano plurianual.

Horngren (2005, p. 117) elenca os principais benefícios do orçamento.

- a) O orçamento, formalizando suas responsabilidades pelo planejamento, obriga os administradores a pensarem à frente;
- b) O orçamento estabelece expectativas definidas que são a melhor base de avaliação do desempenho posterior; e
- c) O orçamento ajuda os administradores a coordenarem seus esforços, de forma a que os objetivos da organização como um todo se harmonizem com os objetivos de suas partes.

Pode-se afirmar que a execução do orçamento público faz parte de um ciclo, ou seja, de um processo orçamentário que se inicia com o planejamento e tem, como última etapa, a avaliação, visando assim manter uma estrutura adequada que favoreça a operacionalização do plano plurianual.

A Figura 3 apresenta o ciclo integrado de planejamento e orçamento.



Figura 3 – Ciclo Integrado de Planejamento e Orçamento

Fonte: Gontijo (2016)

De acordo com Castro (2011, p. 42-43), para o Governo operacionalizar o processo de alocação de recursos na gestão pública, ele incluiu o orçamento no ciclo de gestão como uma das etapas do processo de gestão, organizado em estruturas administrativas e atuação

sistêmica, compreendendo:

a) **Planejamento:** elaboração do PPA, LDO e LOA. As coordenações desses instrumentos de planejamento estão distribuídas, no caso de Governo Federal, nas Secretarias de Planejamento e Investimento Estratégico (SPI) e de Orçamento Federal (SOF), ambos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

b) **Programação:** momento em que os órgãos programam suas ações, com base nos objetivos dos programas de governo, de maneira a contemplar a solução de problemas identificados no planejamento, integrando o planejamento e o orçamento. Esta etapa é de responsabilidade de cada ministério.

c) **Orçamentação:** operacionalização da elaboração do orçamento, cuja responsabilidade, no Governo Federal, é da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MPOG).

Para viabilizar a programação orçamentária e financeira no Governo Federal, após aprovado o orçamento pelo Poder Legislativo, o Presidente da República emite Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, elaborado pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, para autorizar a emissão de empenhos. Isto acontece porque o orçamento aprovado para o exercício corrente é acrescido dos restos a pagar de exercícios anteriores, processados ou não processados, para efeito de limitação financeira no exercício corrente.

d) **Execução:** Etapa em que os atos e fatos são praticados na Administração Pública para a implementação da ação governamental e na qual ocorre o processo de operacionalização objetiva e concreta de uma política pública. Os órgãos que atuam nesta fase são os próprios ministérios, sendo que o gerenciamento da execução é feito pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

e) **Controle:** é a verificação da execução física e financeira das ações visando preservar a probidade do gestor e a eficiência da gestão. Existe o controle interno administrativo, a cargo do gestor, que é avaliado pelo sistema de controle interno do poder Executivo, de responsabilidade da Controladoria Geral da União, da Presidência da República, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, e o controle externo, função do Congresso Nacional, por meio do Tribunal de Contas da União.

f) **Avaliação:** diagnóstico e análise dos resultados e da efetivação da execução das ações de governo, em processo coordenado pela SPI/MPOG. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também participa desta etapa, no que concerne à avaliação da efetividade das políticas públicas, avaliação que exige período de tempo mais logo que um exercício financeiro.

A execução orçamentária da despesa é uma etapa da estrutura do orçamento em que os atos e fatos são praticados na Administração Pública para implementação da ação governamental e na qual ocorre o processo de operacionalização objetiva e concreta de uma política pública. Os órgãos que atuam nesta fase são os próprios ministérios, sendo que o gerenciamento da execução é feito pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (CASTRO, 2011, p. 43).

Assim, no orçamento da União, como bem aponta Giacomoni (2010, p.92):

Aparecem os órgãos e repartições federais, classificados inicialmente pelos três Poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo. O Poder Executivo, por exemplo, é primeiramente subdividido em *órgãos*: Presidência da República, Ministério da Agricultura, da Educação, da Saúde, dos Transportes etc. Cada *órgão*, por sua vez, é subdividido em unidades orçamentárias. Exemplificando: o órgão Ministério da Educação compreende diversas unidades orçamentárias: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Universidade Federal de Ouro Preto etc.

Desta forma, as despesas com ações, projetos e atividades de qualquer entidade pública federal constarão no orçamento, sendo identificadas como despesas de custeio e de capital e ocorrerão ao longo do exercício financeiro.

A execução orçamentária da despesa no SIAFI ocorre com os lançamentos de Notas de Crédito, Detalhamento do Orçamento, Empenho, Remanejamento e Descentralização de Créditos, Liquidação e Pagamento das despesas. Estes lançamentos alimentarão as demonstrações contábeis como é o caso do Balanço Orçamentário (BO) e se constituem nos dados que comporão o percentual de execução orçamentária de cada ação, projeto ou atividade da Unidade Gestora em cada exercício.

Após sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA) e publicação do Decreto de programação financeira no DOU, com dados do orçamento detalhado em nível de Unidade Orçamentária (UO), Plano de Trabalho (PT) e Valor, são efetuados registros orçamentários no SIAFI. A partir de então, as UG poderão adotar as providências para utilização ou descentralização dos créditos. Assim, após a publicação da Lei de Meios e a decretação das diretrizes de programação financeira, tem início a execução orçamentária, a partir de 01 de janeiro. As Unidades Orçamentárias podem, a partir daí, efetuar a movimentação dos créditos, independentemente da existência de saldos bancários ou recursos financeiros (BRASIL, 2015).

De acordo com Naves (2011, p. 4) a centralização no SIAFI das informações sobre a execução orçamentária e financeira possibilita ao governo adequar, estrategicamente, o volume, a localidade, o ritmo das execuções de programas e ações, bem como de orientar o gasto público de acordo com os princípios da economicidade e eficiência.

A execução do orçamento constitui base para consecução de informações sobre o percentual de realização das despesas fixadas, sendo isto muito importante para que o gestor possa acompanhar o orçamento e controlá-lo. Para Silva et al. (2014, p.6), no orçamento brasileiro, as ações que compõem os programas orçamentários delimitam quais são as despesas que podem ser executadas em cada parcela do orçamento. Para os autores, conforme a Lei 4.320/64, a execução dessas despesas deve ocorrer em três etapas: o empenho, a liquidação e o pagamento. Em seu Art. 58, essa Lei descreve empenho como “o ato emanado

de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”.

No que concerne à liquidação, esta consiste na segunda fase da despesa pública. Ela representa a verificação do direito adquirido pelo credor após a comprovação do fornecimento do material ou da prestação do serviço, conforme previsto no Art.63 da Lei 4.320/64. A última fase da despesa, o pagamento, encontra-se prevista no Art.64 da Lei 4.320/64 e representa a transferência para o fornecedor dos recursos financeiros como forma de pagamento pelo material fornecido ou serviço prestado. A não realização dessa fase da despesa dentro do exercício em que ela foi empenhada é a responsável pelo surgimento dos restos a pagar, que podem se dividir, conforme previsto no Parágrafo Único do Art.92 dessa Lei, em Processados e Não Processados. Estes quando não há a entrega do bem ou a prestação do serviço. Já naquele, houve a liquidação da despesa, mas resta ainda o seu pagamento pelo governo (SILVA et al., 2014, p.6).

O Ordenador de Despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda (BRASIL, 1967, art. 80, § 1º).

Segundo o Manual do Ordenador de Despesas (CNMP, 2014, p. 9), suas responsabilidades exigem conhecimentos em diversas áreas, reunindo para tomada de decisões, informações que transitam em finanças, contratos, licitação, obras, recursos humanos, transparência, bens patrimoniais, dentre outras.

Compete ao Diretor Geral, segundo Portaria do IFSP nº. 1003, de 10 de março de 2014, diversas atribuições típicas de ordenador de despesas como: administrativas, financeiras, orçamentárias e patrimoniais.

Quanto às competências orçamentárias, pode ser citada a Gestão do Orçamento que compreende: autorização, indicação e previsão de recursos orçamentários, adequações de créditos orçamentários, remanejamentos e controles orçamentários.

Por centralizar as decisões finais sobre diversas áreas administrativas, o ordenador de despesas deve ser um líder. Além de agente condutor, deve ser referência de comportamento e desempenho para todos. Para ter sucesso em suas atribuições é necessário desenvolver capacidade de relacionamento interpessoal, comunicação, automotivação e conhecimentos técnicos básicos de gestão (CNMP, 2014, p.9).

No contexto geral compete ao ordenador de despesas fazer o acompanhamento das ações, projetos e ou atividades constantes no orçamento da Unidade Gestora, autorizando e justificando o cancelamento dos empenhos, remanejamento de créditos orçamentários de ações que não estão sendo executadas, para outras que têm possibilidade de serem desenvolvidas e ainda usar o bom senso em decisões como: escolha das ações que terão redução ou extinção dos créditos, por conta da crise econômica e cortes nos gastos públicos.

Este entendimento contribuirá para que o gestor tome decisões mais acertadas.

2.3 Relevância da Informação Contábil nas Entidades Públicas

De acordo com Castro (2011, p. 87):

Na prática, a contabilidade caracteriza-se por conjunto de procedimentos ordenados e concretos aplicáveis na busca do objetivo específico que é a informação. Está fundamentada em controles apropriados dos registros efetuados, sustentada em bases sólidas de suporte documental, utilizando regras transparentes das técnicas utilizadas. Representa, por tudo isto, a parte mais segura das informações produzidas na entidade, importante instrumento para subsidiar os dirigentes, dar transparência à sociedade e garantir fidedignidade aos órgãos de controle interno e externo.

Para Slomski (2010, p. 28), “o objetivo principal da contabilidade (e de relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”. Nesse sentido, o patrimônio público é o seu objeto de estudo.

É muito relevante a transparência das informações contábeis no setor público, como aponta Camargo (2016, p.60) ao citar Papenfub e Schaefer (2009) que afirmam que deve cumprir não só os requisitos de completude da informação patrimonial como também devem abordar todas as atividades relacionadas às entidades governamentais.

Para Castro (2011, p.75):

A contabilidade existe para produzir informações sobre os atos e os fatos da Administração e se há compromisso de transparência sobre estes atos e fatos, há necessidade de controle por meio de registro corretos e eficazes. No Brasil, grande parte dos dirigentes se esqueceu da Contabilidade Pública e agora precisa organizá-la juntamente com seus controles internos para oferecer a transparência que a lei exige.

Nesse sentido, Naves (2011, p. 24) afirma que:

O processamento da contabilidade pública no SIAFI evidencia a situação de todos os responsáveis pela arrecadação das receitas, execução das despesas e administração ou guarda de bens e valores pertencentes à entidade pública. Para tanto, a contabilidade pública fornece, por meio de suas contas, informação hábil para a avaliação de desempenho do gestor.

Conforme Santos, Javorski e Garcia (2009, p. 12-13):

Enfim, pode-se concluir que a Contabilidade Pública é um poderoso instrumento de apoio a gestão e ao controle da administração pública. Pois, utiliza-se de

informações consistentes, atestadas pela fiscalização que através da auditoria certifica-se da veracidade das mesmas, a confiabilidade das informações escrituradas na Contabilidade Pública é o elemento que garante ao Gestor Público condições para decidir da melhor forma, atendendo os preceitos legais e aos anseios da sociedade.

A análise fidedigna dos fatos orçamentários, financeiros, patrimoniais e demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI constitui base importante no fornecimento de informações para a tomada de decisões dos gestores públicos e colaborará para que os gestores públicos e contadores tenham sua austeridade profissional mantida junto aos órgãos de controle.

Logo, em uma organização pública ou privada, a contabilidade é uma importante ferramenta, que tem por objetivo fornecer aos gestores informações para a tomada de suas decisões.

2.4 Balanço Orçamentário

As demonstrações contábeis nos órgãos do Governo Federal são geradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) quando a execução da receita e despesa é efetuada e, são instrumentos de gestão que podem subsidiar os gestores no momento das suas decisões.

Segundo Mauss (2012, p. 130):

A contabilidade Aplicada ao Setor Público tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados pelas entidades públicas no âmbito de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisões, à adequada prestação de contas e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

Para auxiliar neste processo, a STN elaborou o Manual das Demonstrações Contábeis do Setor Público com o objetivo de padronizar os conceitos, as regras e procedimentos relativos às demonstrações contábeis públicas a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação e a consolidação das contas públicas em nível nacional, em consonância com os procedimentos do Plano de Contas (PCASP).

Em consenso com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no que concerne à Contabilidade Pública, as Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com “os dispositivos da Lei nº. 4.320/1964, do Decreto-Lei nº. 200/1967, do Decreto nº. 93.872/1986 e da Lei Complementar nº. 101/2000”. Abrangem, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade em cumprimento aos “Princípios de Contabilidade,

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Manual SIAFI e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP” (BRASIL, STN, 2017).

A prática contábil adotada no setor público brasileiro, quando trata das demonstrações contábeis, reproduz as obrigações impostas por leis, especificamente pela Lei nº. 4.320/64 e LC nº. 101/00 (Lei da Responsabilidade Fiscal - LRF), das quais não se pode afastar nem questionar, pois seus artigos e anexos são estabelecidos por regras e formas de apresentação (CASTRO, 2011, p. 171).

Compõem as Demonstrações Contábeis da União: o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro, que são exigidos pela Lei nº. 4.320/1964. Consta, também, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), um instrumento utilizado para a evidenciação das variações dos elementos do Patrimônio Líquido. E, a partir do exercício de 2015, surgiu a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), para analisar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas. (BRASIL, STN, 2017).

De acordo com a Lei nº. 4.320 (BRASIL, 1964, art. 101º), “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais”.

Conforme consta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

As receitas serão detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação (BRASIL, MCASP, 2017, p.363).

Sendo assim, o Balanço Orçamentário demonstra os indicadores como o superávit do orçamento corrente, desempenho da receita: excesso de arrecadação, frustração de arrecadação, desempenho da despesa: economia de despesa e desempenho de execução do orçamento - LOA: Resultado orçamentário. Isto é decorrente da execução orçamentária anual da receita e despesa pública.

Para Martins (2005, p.18), o principal objetivo da análise de balanços é o de “formar uma ideia sobre o desempenho de uma entidade durante um determinado período, bem como obter informações que auxiliem de forma complementar a outras projeções sobre o futuro da entidade estudada”.

Silva (2003, p. 348) afirma que o Balanço Orçamentário identifica as Receitas e Despesas Orçamentárias previstas em confronto com as realizadas, como previsto na Lei 4.320/64 e constitui o resultado final do sistema de informações orçamentárias existentes no Estado. Para o autor “esse resultado evidencia o déficit ou o superávit do período administrativo”, como mostra o Quadro 1.

Resultado das Realizações	
Superávit →	Receita Prevista > Despesa Fixada
Déficit →	Receita Prevista < Despesa Fixada
Resultado das Realizações	
Superávit →	Receita Arrecadada > Despesa Realizada
Déficit →	Receita Arrecadada < Despesa Realizada

Quadro 1 – Resultado das Realizações – Superávit e Déficit

Fonte: Adaptado de Silva (2003)

Na sequência, mostra-se a estrutura do balanço orçamentário adaptado do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) nos Quadros de 2 a 4.

É no decorrer da execução orçamentária no SIAFI que os dados necessários para o preenchimento desta estrutura irão surgir e alimentar este demonstrativo contábil, produzindo o resultado orçamentário do período, demonstrando indicadores como o superávit do orçamento corrente, desempenho da receita: excesso de arrecadação, frustração de arrecadação e desempenho da despesa: economia de despesa e desempenho de execução do orçamento.

<ENTE DA FEDERAÇÃO>
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 20XX

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)				
Receita Tributária				
Receita de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Receitas de Capital (II)				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortizações de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	_____	_____	_____	_____
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas Mobiliária Contratual				
Operações de Crédito Externas Mobiliária Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO V) = (III + IV)	_____	_____	_____	_____
Déficit (VI)				
TOTAL (VII) = (V + VI)	_____	_____	_____	_____
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital (IX)						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (X)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Superávit (XIII)						
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Reserva do RPPS						

Quadro 2 – Estrutura do Balanço Orçamentário – Quadro Principal

Fonte: MCASP (2017)

<ENTE DA FEDERAÇÃO> EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Exercício: 20XX
	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)					
Despesas Correntes							
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL	_____	_____	_____	_____	_____	_____	

Quadro 3 – Execução de Restos a Pagar Não Processados
Fonte: MCASP (2017)

<ENTE DA FEDERAÇÃO>					
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
Exercício: 20XX					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes					
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	_____	_____	_____	_____	_____

Quadro 4 – Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Fonte: MCASP (2017)

Desta forma, o contabilista deverá fazer a análise de tais demonstrativos e, a partir dos resultados evidenciados, instruir o gestor na melhor decisão a ser tomada no que concerne ao financeiro, orçamento, patrimônio, variações patrimoniais, fluxo de caixa, resultado econômico, mutações do patrimônio líquido e notas explicativas às demonstrações financeiras.

2.5 Qualidade da Informação

Padoveze (2000, p. 43), afirma que: “informação é o dado que foi processado e armazenado de forma compreensível para seu receptor e que apresenta valor real ou percebido para suas decisões correntes ou prospectivas”.

A qualidade da informação é a característica da informação de atender ou exceder às expectativas dos usuários (KAHN; STRONG, 1998).

“Geralmente qualidade da informação é definida como ‘adequação ao uso’, ou seja, capacidade de uma dada informação atender aos requisitos esperados pelo usuário. Qualidade da informação é um conceito amplo que apresenta diferentes dimensões e aspectos” (FERREIRA, 2011, p. 17).

Para Ornellas e Takaoka (2012, p.4), a Qualidade da Informação é uma temática importante, que tem como objetivo buscar a minimização de deficiências e, ao mesmo tempo, a maximização da satisfação dos usuários. Para os autores, apesar de comprovadamente importante devido a seus impactos (que afetam diretamente a execução das atividades e da tomada de decisão), “é um assunto que não parece ter encontrado seu espaço nas organizações e ainda é considerado um verdadeiro enigma, seja pela abstração e complexidade envolvida em sua identificação, mensuração e resolução”.

Strong, Lee e Wang (1997) citados por Calazans (2008) afirmam:

A falta de qualidade da informação em uma organização pode proporcionar impactos sociais e no negócio, devendo ser diagnosticada, e esforços devem ser implementados para sua solução. Informações com múltiplas origens, utilização de julgamentos subjetivos, sistemáticos erros na produção da informação, além do seu armazenamento em grande quantidade são alguns dos fatores que influenciam a qualidade da informação (CALAZANS, 2008, p.31).

Um problema provocado pela má qualidade de dados, muito pior que o custo direto, é o descrédito interno e externo e suas consequências sobre os processos de tomada de decisão e sobre a percepção que os clientes e fornecedores formam acerca dos sistemas da

empresa. Por outro lado, a qualidade de dados da organização pode ser considerada uma vantagem competitiva (FAVARETTO; MATTIODA, 2009).

Conforme Davenport (1998 apud ZANUZ, 2015, p.18):

Os sistemas de informação têm sido amplamente utilizados pelas organizações para a gestão da informação, dando suporte aos seus processos administrativos e de tomada de decisão, porém, a efetividade e eficácia da utilização desses sistemas dependem da qualidade da informação que é disponibilizada por eles, visando, assim, promover a efetividade dos processos organizacionais e evitar a ocorrência de danos ou prejuízos para a organização e para os indivíduos.

O Governo Federal tem investido em tecnologia da informação como ferramenta para uma gestão mais eficiente das estruturas organizacionais dos órgãos públicos, mas, o retorno pode não ser o esperado se a qualidade da informação disponibilizada não for adequada para tomar as decisões, realizar o controle gerencial, definir o planejamento estratégico, promover a gestão transparente, entre outras. A aplicação de tecnologia da informação pode, potencialmente, ajudar as organizações a reduzir os custos de trabalho, melhorar a qualidade dos serviços prestados, reforçar as políticas internas, aumentar a produtividade e também auxiliá-las a responder mais rapidamente aos clientes. No entanto, para que isso ocorra, segundo Davenport e Harris (2005) faz-se necessária a avaliação da qualidade da informação que é utilizada. E ainda, os investimentos em tecnologia não asseguram, por si só, a qualidade da informação, e em geral “as organizações simplesmente se esquecem de verificar a qualidade dos seus dados, dirigindo todo o foco para a identificação, extração e processamento das informações” (FÉ, 2006, p.30); então, é necessário que as organizações passem a avaliar e garantir a qualidade da informação que utilizam (ZANUZ, 2015, p.17).

Sendo assim, a informação deve ser repassada com qualidade ao usuário final, ou seja, de forma compreensível e acessível para que este possa compreendê-la e fazer uso eficiente da mesma, pois a falta de qualidade da informação acarreta prejuízos ao desempenho da organização.

Para Santos (2016, p.33), é fundamental “avaliar a qualidade da informação, principalmente em um cenário de hipercompetitividade onde as decisões precisam ser assertivas em uma velocidade alta, torna-se fundamental para as organizações”. É preciso, igualmente, “investir na qualidade da informação pode reduzir incertezas e conseqüentemente custos relacionados à má qualidade”.

Pipino, Lee e Wang (2002) buscaram uma maneira geral de medir a qualidade e, nesse estudo, evidenciam que tratam dados e informação como sinônimos. O objetivo foi conhecer o efeito da qualidade dos dados/informação numa organização, avaliando sua contribuição na execução das tarefas, ou seja, no decorrer de um processo (BENTANCOURT, 2015).

Segundo Ferreira (2011), a literatura especializada em qualidade da informação pode prover uma quantidade significativa de variáveis que identificam a qualidade da informação, tais como: previsão, tempestividade, completude, pertinência, atualidade, confiabilidade, clareza, utilidade, suficiência, coerência, acessibilidade, legibilidade, compreensibilidade e tantas outras.

Conforme Wang (2006), Lopes (2009) citados por Almeida (2010, p.27):

Na academia ainda não existe uma única métrica para medir a qualidade da informação contábil. Para isso, pesquisadores desenvolveram diversos métodos que capturam diferentes propriedades da contabilidade, dentre eles, medidas de gerenciamento de resultados, do grau de conservadorismo, relevância e tempestividade da informação divulgada.

Para Pipino, Lee e Wang (2002), existem quinze dimensões para a avaliação da qualidade da informação, conforme mostra o Quadro 5.

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
Acessibilidade (<i>Accessibility</i>)	O quanto o dado é disponível, ou sua recuperação é fácil e rápida.
Quantidade (<i>Amount of Data</i>)	O quanto o volume de dados é adequado à tarefa.
Credibilidade (<i>Believability</i>)	O quanto o dado é considerado verdadeiro.
Completeza (<i>Completeness</i>)	O quanto não há falta de dados e que sejam de profundidade e amplitude suficientes para a tarefa.
Concisão (<i>Concise Representation</i>)	O quanto o dado é representado de forma compacta.
Consistência (<i>Consistent Representation</i>)	O quanto o dado é sempre apresentado no mesmo formato.
Facilidade de Uso (<i>Ease of Manipulation</i>)	O quanto o dado é fácil de manipular e de ser usado em diferentes tarefas.
Livre de Erros (<i>Free-of-Error</i>)	O quanto o dado é correto e confiável.
Interpretabilidade (<i>Interpretability</i>)	O quanto o dado está em linguagem, símbolo e unidade adequados, e possui definições claras.
Objetividade (<i>Objectivity</i>)	O quanto o dado não é disperso e imparcial.
Relevância (<i>Relevancy</i>)	O quanto o dado é aplicável e colaborador à tarefa.
Reputação (<i>Reputation</i>)	O quanto o dado é valorizado de acordo com sua fonte ou conteúdo.

Segurança (<i>Security</i>)	O quanto o dado é apropriadamente restrito para manter sua segurança.
Volatilidade (<i>Timeliness</i>)	O quanto o dado é suficientemente atualizado para a tarefa.
Entendimento (<i>Understandability</i>)	O quanto o dado é facilmente compreendido.

Quadro 5 – Dimensões para a Avaliação da Qualidade da Informação

Fonte: Adaptado de Pipino, Lee e Wang (2002)

Almeida (2009, p.12), por sua vez, destaca as que considera ser as características principais para mensurar a qualidade da informação: Coerência/Exatidão; Consistência; Completude; Atualidade; Interpretabilidade; e Acessibilidade. Fato é que as características que definem a qualidade da informação nas organizações irão variar de acordo com o tempo e o espaço, ou seja, “dependendo do contexto em que esteja inserida e sua qualidade esteja sendo exigida, reforçando as definições de Juran e Crosby quando dizem que a qualidade da informação é sua adequação ao uso considerando as necessidades dos usuários” (SANTOS, 2016, p.36).

Sendo assim, utiliza-se nesta dissertação as dimensões para a avaliação e mensuração da Qualidade da Informação propostas no Quadro 5, adaptado de Pipino, Lee e Wang (2002), levando em conta a necessidade dos usuários.

Conforme Favaretto (2007, p. 156):

A medição da QI - Qualidade da Informação propriamente dita também é feita com o acréscimo de novos elementos ao modelo de dados do SMI. Segundo Kim et al. (2003), a medição e quantificação da qualidade dos dados devem ser desenvolvidas para serem utilizadas como guia na utilização e escolha de conjuntos de dados dentro de um ambiente com muitas opções. Os conjuntos de dados identificados anteriormente podem ser decompostos em conjuntos menores ou até mesmo em dados individuais. Para cada um destes deve ser feita a definição de quais dimensões da QI são relevantes, e conseqüentemente serão medidas. Estas dimensões são armazenadas em uma nova entidade do modelo de dados, que se relaciona com a entidade original que registra o conjunto (ou o dado) em foco. Este relacionamento se relaciona, por sua vez, com uma outra nova entidade que registra os valores para as dimensões de QI que são medidas. A atribuição do valor de uma dimensão pode ser feita automaticamente, quando é possível identificar parâmetros que podem ser contados ou analisados pelo próprio SI, objetivamente. Por exemplo, na medição da dimensão integridade é possível contar automaticamente quantos registros estão completos (íntegros), fazer uma proporção dos registros incompletos com os registros completos e atribuir uma medida para a dimensão. Em outras situações, a atribuição deste valor não pode ser feita automaticamente, pois depende de uma avaliação (subjéctiva ou objectiva) do usuário.

Como bem afirmam Gualazzi, Santos e Campos (2013) e conforme concepção de Miller et al. (2001), “a informação pode ser vista como um bem, com dimensões e atributos

de qualidade que podem ser medidos. Uma vez identificados os atributos, a qualidade da informação pode ser gerenciada”. Nesse sentido, Lillrank (2003) defende que o produto de informação “deve ser avaliado de acordo com seus atributos de qualidade, como acurácia, confiabilidade, interpretabilidade, e outros” (GUALAZZI, SANTOS; CAMPOS, 2013, p.23).

Segundo Mattar (2007), é possível verificar na literatura distintos modelos de avaliação da qualidade da informação, contudo, não há um consenso sobre quais são as dimensões que estes modelos devem possuir.

Nessa direção, o modelo proposto por Kim, Kishore e Sanders (2005), apresenta dimensões específicas para sistemas baseados na internet. Os autores afirmam que as abordagens tradicionais, como as propostas por Strong, Lee e Wang (1997) e Delone e Mclean (1992) deixam a desejar quando o assunto é *e-business*, pois elas não abordam características específicas desses sistemas. Segundo os autores, problemas como a dificuldade em se localizar determinando conteúdo, realizar transações, encontrar informações atualizadas e corretas, além de encontrar as funções para realizar as tarefas desejadas, são alguns dos problemas específicos de *e-business* (MATTAR, 2007, p.15).

Ainda na concepção de Mattar (2007), o modelo de avaliação da qualidade de informação desenvolvido por Kim, Kishore e Sanders (2005) no paper intitulado “*From DQ to EQ: understanding data quality in the context of e-business systems*” traz critérios e dimensões que podem ser utilizados para avaliar a qualidade de websites. Tal modelo é uma “adaptação direta dos modelos propostos por Delone e Mclean (1992) e Strong, Lee e Wang (1997)”, modelos que mais fidedignamente mediam qualidade da informação em sistemas de TI. “A novidade apresentada por Kim, Kishore e Sanders(2005) está associada ao fato deles terem feito uma revisão das metodologias já desenvolvidas até hoje, criando novas dimensões e realocando os critérios, face as necessidades da internet” (MATTAR, 2007, p.36).

Para Kim, Kishore e Sanders (2005), citados por Mattar (2007), um sistema na internet está sujeito a alguns problemas específicos deste novo ambiente, que não são adequadamente abordados pelas metodologias anteriores e o “modelo por eles proposto surgiu da necessidade de serem resolvidos três problemas advindos da transposição de sistemas para a internet: informações irrelevantes, desorientação e sobrecarga cognitiva” (MATTAR, 2007, p.36).

Gualazzi e Campos (2012) apresentam o instrumento de avaliação da QI, com base nos atributos de QI e nos moldes do instrumento SERVQUAL, desenvolvidos por Parasuraman, Zeithaml e Berry em seus artigos de 1985 e 1988.

Já para Freitas, Manhães e Cozendey (2006), os itens de avaliação do instrumento SERVQUAL devem ser adaptados à natureza do objeto a ser avaliado. Sendo assim, para este

instrumento, os autores consideraram as dimensões de QI, uma vez que o foco passa a ser a informação.

Lopes (2004) afirma a existência de iniciativa internacional de controle da qualidade da informação em saúde, que é o Projeto Discern, desenvolvido em 1999 pelo *UK National Health Service Executive Research and Development Programm*, e que está baseado na Universidade de Oxford, no Instituto de Ciências da Saúde. Este projeto *Discern on the Net*, tem como objetivo principal possibilitar o julgamento sobre a qualidade da informação em tratamentos médicos utilizando um conjunto de critérios apresentados em forma de questionário *on-line*. Constituído por profissionais de saúde e pesquisadores da Universidade, o Discern oferece uma oportunidade de avaliar a qualidade da informação em saúde no Reino Unido.

A referida autora enfatiza, também, que esta revolução nos meios de disseminação da informação científica tem provocado posicionamentos de organismos governamentais e não-governamentais, de associações de classe, de médicos e outros profissionais de saúde, visando a uma possível regulamentação nas informações veiculadas na Web, com iniciativas diversificadas de controle de qualidade sobre as mesmas.

Segundo Kuhn (1970), o período de revolução científica é, neste sentido, um período de mudança de paradigmas, e os diferentes paradigmas irão considerar diferentes tipos de questionamentos como legítimos ou significativos. Assim, a avaliação da produção científica antes consagrada pela revisão dos pares e por instrumentos aceitos por toda a comunidade científica, passa por uma fase de transição sucessiva, em que novas vertentes de inovações para validação da informação científica vão sendo desenvolvidas, com o objetivo de contornar a questão da qualidade da informação (LOPES, 2004).

A avaliação da qualidade da informação no Portal da Transparência do Governo Federal, como bem apontam Nazário, Silva e Rover (2012), foi feita levando em conta o *framework* proposto por Eppler (2006). Neste *framework*, são definidas quatro categorias ou visões (estrutura horizontal): *Relevant Information*, *Sound Information*, *Optimized Process*, *Reliable Infrastructure*, que são apresentados na Figura 4.

Foram definidos dezesseis critérios para o *framework*, quatro para cada nível ou categoria que também podem ser vistos na mesma Figura 4. Por exemplo, no nível *Relevant Information*, tem-se os critérios (ou características): *comprehensive*, *accurate*, *clear*, *applicable*, e da mesma forma para os outros três níveis.

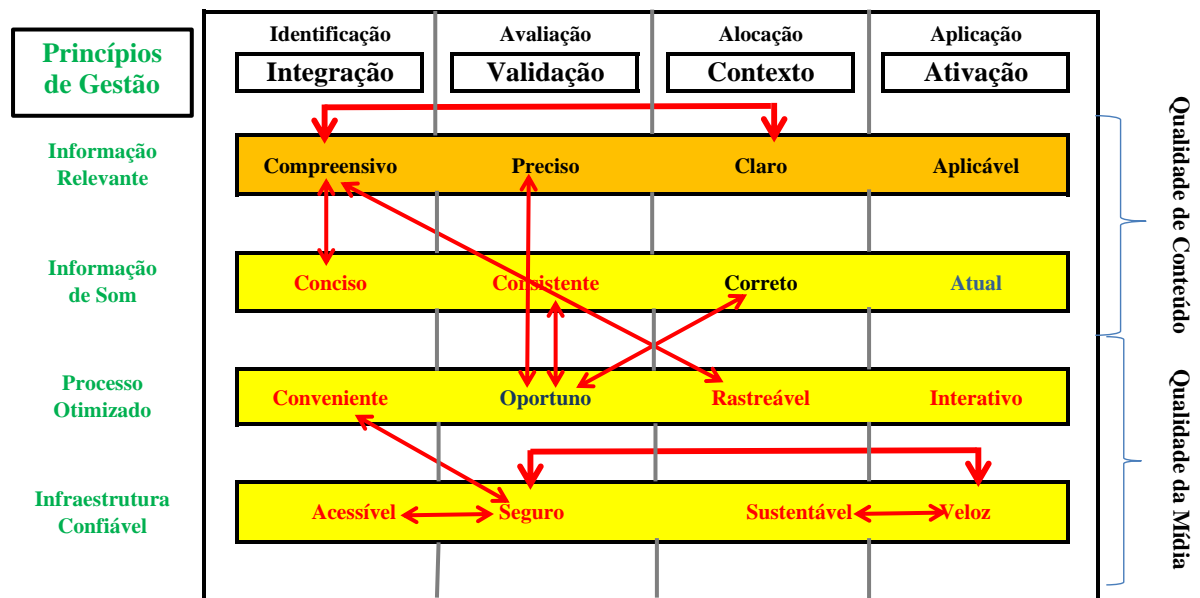


Figura 4 – Estrutura do *Framework* de Eppler (2006)

Fonte: Adaptado de Nazário, Silva e Rover (2012, p.13)

Os referidos autores ainda afirmam que a estrutura vertical do *framework* reflete uma sequência cronológica ou fases do ponto de vista do usuário com relação à informação. As perguntas chaves (de um consumidor de informação) para serem respondidas em cada fase são as seguintes: “1. Onde está a informação que eu preciso? (identificação); 2. Posso confiar nela? (avaliação); 3. Posso adaptá-la à minha situação atual? (alocação); 4. Como é melhor usá-la? (aplicação)”. Estas fases estão também representadas na Figura 4, por exemplo, na fase de identificação têm-se os critérios: *comprehensive*, *concise*, *convenient*, *accessible*, seguindo assim para as outras fases (NAZÁRIO; SILVA; ROVER, 2012, p.14).

Os dezesseis critérios do *framework* foram avaliados partindo de uma pergunta base (por critério) que foi sugerida pelo próprio Eppler, autor do *framework* e, a partir de então, chegou-se ao resultado da avaliação da qualidade da informação no portal da transparência do Governo Federal.

Favaretto e Mattioda (2005) citam que conforme Wang e Wand (1996), “qualidade da informação é um conceito multidimensional, e assim como um produto físico tem dimensões de qualidade associadas, um produto de informação também tem dimensões de qualidade da informação”.

Os autores fizeram uso das dimensões apresentadas por Wang et al. (2000) para a composição do seu artigo. São elas:

1. Acuracidade.
2. Objetividade.
3. Credibilidade.
4. Reputação.
5. Acessibilidade.
6. Segurança de acesso.
7. Relevância.
8. Valor agregado.
9. Temporalidade.
10. Integridade.
11. Volume apropriado.
12. Interpretabilidade.
13. Facilidade de entendimento.
14. Representação concisa.
15. Representação consistente.
16. Facilidade de manipulação.

Para Favaretto e Mattioda (2005), entre as dimensões da qualidade propostas por Wang et al. (2000), algumas não foram utilizadas no estudo descritivo realizado por eles. As justificativas para sua não utilização se encontram no Quadro 6.

Dimensão	Justificativa
Acuracidade	Assumida como 100% para todas as bases. Poderia ser utilizada para uma seleção inicial entre várias bases.
Credibilidade	Assumida como 100% em função das instituições que mantêm as bases.
Reputação	Assumida como 100%, pelo mesmo motivo acima.
Volume apropriado	Confunde-se, no caso do estudo descritivo, com a dimensão integridade.
Segurança de acesso	Não apresenta interferência no contexto da pesquisa.
Representação concisa	Não apresenta interferência no contexto da pesquisa.
Representação consistente	Não apresenta interferência no contexto da pesquisa.

Quadro 6 – Justificativa das dimensões da qualidade da informação não utilizada no estudo descritivo

Fonte: Favaretto e Mattioda (2005, p.4575)

Para esta dissertação adotou-se o mesmo procedimento de medição da qualidade da informação proposto por Favaretto e Mattioda (2005), quando apontam as dimensões da qualidade da informação utilizadas em seu artigo, com as respectivas descrições da forma de medição e o grau de importância utilizado para o cálculo do indicador da qualidade da informação. Estes indicadores são apresentados no Quadro 7. Nele, as medições estão todas em escalas de 1 a 5, sendo que os menores valores representam que a avaliação para a dimensão em questão é baixa ou ruim, e os maiores valores representam avaliações altas ou boas. Esta escala intervalar é utilizada por permitir classificar os eventos com distâncias iguais (HAIR JR. et al., 2005), além de permitir um valor intermediário no qual a dimensão em questão não possui nem avaliação boa e nem avaliação ruim. Os autores numeraram as dimensões para facilitar a representação (Dimensões 1 a 9) e atribuíram pesos observando a posição de usuários do produto de informação gerado:

Dimensão	Medida	Peso
1. Objetividade	Quantidade de informações desnecessárias na tela, medida em porcentagem aproximada. 1 = pouco objetivo e 5 = muito objetivo.	5
2. Acessibilidade	Quantidade de clicks para fazer a pesquisa e quantidade de clicks para acessar o texto completo do documento. 1 = muitos clicks e 5 = poucos clicks.	5
3. Relevância	Aproveitamento de documentos (em porcentagem) em função da pesquisa com palavras chave e/ou título do artigo. 1 = pouco relevante e 5 = muito relevante.	8
4. Valor agregado	Medida subjetiva representa o quanto os resultados obtidos contribuem para o objetivo da pesquisa. 1 = nenhum valor agregado e 5 = ótimo valor agregado.	8
5. Temporalidade	Distribuição dos resultados nos últimos 5 anos. 1 = muitos resultados não recentes (anteriores a 1999) e 5 = muitos artigos recentes (posteriores a 1999).	8
6. Integridade	Medida através da disponibilização, na página de resultados dos seguintes itens necessários à citação dos artigos encontrados: autores, título, publicação, volume, número, ano, instituição dos autores, resumo, palavras chave. 1 = poucos itens presentes e 5 = todos os itens presentes.	10
7. Interpretabilidade	Destaque dos itens necessários e uso de símbolos. 1 = difícil interpretação e 5 = ótima interpretação.	4
8. Facilidade de entendimento	Posicionamento e clareza dos itens necessários (próximos uns dos outros ou distantes). 1 = difícil entendimento e 5 = ótimo entendimento.	2
9. Facilidade de manipulação	Possibilidades de configuração da pesquisa, manipulação dos resultados, de gravação e exibição dos textos completos. 1 = muita dificuldade e 5 = muita facilidade.	8

Quadro 7 – Dimensões da qualidade, formas de medição e respectivos pesos utilizados no experimento.

Fonte: Favaretto e Mattioda (2005, p.4576)

Favaretto e Mattioda (2009) ainda afirmam que uma dificuldade observada é a definição das dimensões a serem utilizadas, assim como das escalas de medidas e pesos de cada dimensão. Estas definições devem ser feitas do ponto de vista dos usuários finais do produto da informação. No artigo citado, os próprios autores são os usuários; entretanto, em outras aplicações isto pode não ser verificado. Uma complementação deste artigo seria o estabelecimento de uma metodologia para realizar estas definições junto aos reais usuários.

De acordo com Favaretto e Mattioda (2009), uma analogia de aplicação de ferramenta de qualidade pode ser feita sobre o conceito de melhoramento contínuo, que implica literalmente um processo sem fim, questionando repetidamente e requestionando os trabalhos detalhados de uma operação do *Total Quality Management* (TQM). A natureza repetida e cíclica do melhoramento contínuo é mais bem resumida do que é o chamado ciclo PDCA (*Plan - Do - Check - Act*).

O conceito de qualidade da informação é simples de ser compreendido, mas, se a informação em si não for compreendida pelo usuário final, pode se tornar sem qualidade e isto gera prejuízos ao desempenho das instituições, ficando a tomada de decisões comprometida; por isso é necessário que a informação seja avaliada e de qualidade para que a tomada de decisão seja eficiente, eficaz e efetiva.

3. METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo proposto buscou-se desenvolver um estudo baseado em pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, por meio de levantamento bibliográfico e documental. Para o método de coleta de dados foi utilizada como instrumento a entrevista estruturada, direcionada ao gestor do órgão, a fim de mensurar a qualidade da informação antes e depois da aplicação deste estudo, responder ao problema de pesquisa e contribuir com a Pesquisa-Ação a ser implementada.

O estudo adotou a pesquisa-ação como procedimento de pesquisa, pois, segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), a pesquisa-ação é realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. E, os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A Figura 5 apresenta a estruturação elaborada para a condução da pesquisa-ação, com base nos estudos de Coughlan e Coghlan (2002), mencionados por Martins, Mello e Turrioni (2014).

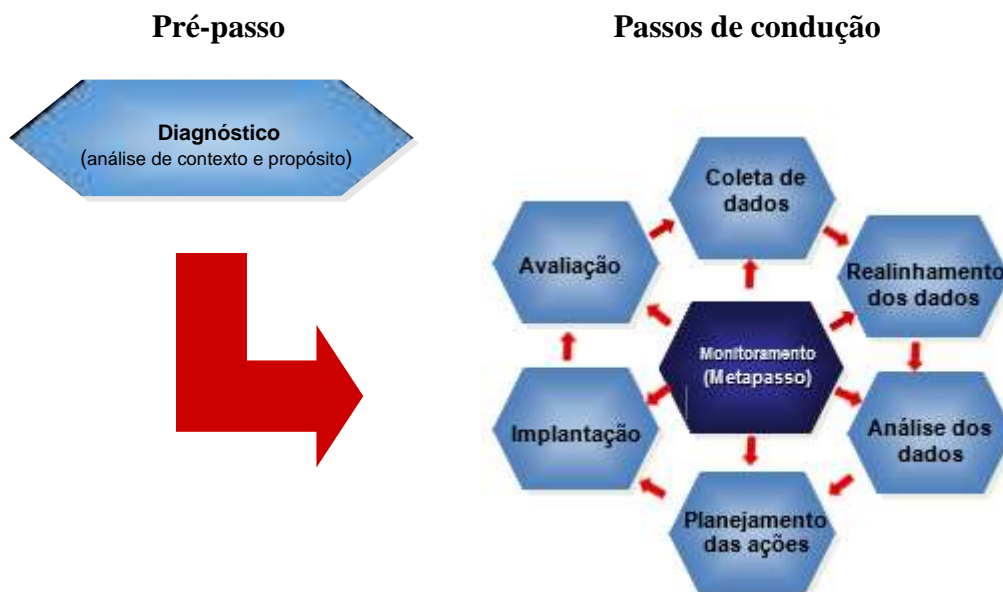


Figura 5 – Ciclo da Pesquisa-Ação

Fonte: Coughlan e Coghlan (2002)

Conforme Martins, Mello e Turrioni (2014, p.175): “Na pesquisa-ação, o pesquisador, utilizando a observação participante, interfere no objeto de estudo de forma cooperativa com os participantes da ação para resolver um problema e contribuir para a base do conhecimento”. Ainda segundo os autores, o processo de condução da pesquisa-ação é feito por ciclos e cada um deles compreende três tipos de passos:

Pré- passo (diagnóstico): para entender o contexto e a proposta.

Seis passos principais: para coletar, realimentar e analisar dados, e para planejar, implantar e avaliar ações.

Metapasso: Para monitoramento de cada um dos passos principais.

Os passos são aqui detalhados.

3.1 Pré-Passo – Diagnóstico

Neste passo, é possível entender o contexto e a proposta; consiste em demonstrar o diagnóstico atual, o campo de pesquisa, os interessados, os problemas prioritários e as eventuais ações.

O problema de pesquisa aplicado a esta pesquisa foi diagnosticado por observações diárias e análise documental. Para tanto, foram realizadas reuniões entre os envolvidos, ou seja, o diretor geral e a contadora, para tratar das dificuldades de gestão relacionadas ao problema de pesquisa. Isto contribuiu para a criação de um plano de ações compatível com a resolução do problema.

3.2 Passos de Condução

São os passos necessários para a condução da pesquisa:

a) Coleta de Dados: Almeja-se, num primeiro momento, fazer uma coleta de dados anterior à aplicação do ciclo da pesquisa-ação, por meio de análise documental, observações diretas e entrevista estruturada. Após a aplicação do primeiro ciclo do procedimento de pesquisa adotado, foi realizada outra entrevista estruturada. É importante frisar que este instrumento de coleta deve estar de acordo com o referencial teórico adotado e com o

problema de pesquisa em questão.

As fontes de dados utilizadas neste estudo foram entrevistas, análises documentais e observações diretas por meio de conversas, entrevista estruturada e análises feitas no SIAFI em junho de 2016 e no período de fevereiro a setembro de 2017.

b) Realinhamento dos Dados: Nesta fase, os dados são realimentados na forma de um relatório, cabendo ao pesquisador realizar os ajustes necessários nos dados para que estes se tornem disponíveis para a análise.

No primeiro ciclo da pesquisa-ação, os dados foram organizados de forma que os questionamentos do roteiro estruturado ficaram agrupados, ou seja, os que tinham um mesmo objetivo foram separados em blocos para a análise em conjunto e outros foram analisados separadamente para atender a um objetivo específico.

Já no segundo ciclo da pesquisa-ação, os dados foram organizados de forma que as dimensões com melhores e piores avaliações foram separadas em blocos e justificadas pelas suas medidas e valores do grau de importância, com base na relevância de cada dimensão no processo de decisão.

c) Análise dos Dados: Os dados são analisados de forma qualitativa e indutiva. Cada questionamento tem um objetivo a fim de alinhá-los ao problema de pesquisa. Estes também devem estar alinhados à teoria. São levadas em conta as observações diárias e as análises de documentos feitas ao longo do estudo, o que também fundamentará a análise dos resultados.

No primeiro ciclo da pesquisa-ação, os dados foram analisados de forma qualitativa, com a interpretação dos fenômenos, atribuição de significados e análise indutiva para tornar possível a geração de análises e conclusões. Neste momento, foi feita uma entrevista estruturada com o gestor para obter o diagnóstico e entender o contexto e a proposta à época.

No segundo ciclo da pesquisa-ação, os dados também foram analisados de forma qualitativa. Para a medição da qualidade da informação do gestor, a respeito da execução orçamentária anual do IFSP-CJO, foi feita uma análise desta execução no exercício de 2015 antes e após a aplicação do plano de ações.

Estas informações apresentadas ao gestor foram oriundas de uma *flat table* (Apêndice A), com dados extraídos do SIAFI que originaram *dashboard* (Apêndices B a G), contendo as análises e informações gerenciais.

Os três resultados usados para a análise da QI foram os seguintes: Cancelamento x Execução do Orçamento, Empenho x Restos a Pagar e Contratos Continuados x Total

Empenhado.

Estes resultados principais foram utilizados para a avaliação da qualidade da informação do gestor, por se tratarem de acontecimentos importantes numa execução do orçamento e, quando não ocorrem com eficiência, eficácia e efetividade, afetam significativamente esta execução.

d) Planejamento das Ações: Nesta fase é elaborado um plano de ação que define as ações necessárias para a solução do problema, bem como os responsáveis pela implantação de cada ação e o prazo para conclusão das mesmas. É importante incluir neste plano de ações, questões como: O que precisa mudar? Em que partes da organização? Que tipos de mudanças são necessárias? Que tipo de apoio é necessário? Como é o tipo de compromisso a ser formado? Qual é a resistência a ser gerenciada?

No primeiro ciclo da pesquisa foi elaborado um plano de ações com o objetivo de definir as ações necessárias para a solução do problema, bem como os responsáveis pela implantação de cada ação e os prazos para a conclusão das mesmas; já o segundo ciclo, por ser o último ciclo da pesquisa-ação, não possui um plano de ações para ser executado em seguida.

Como bem afirmam Favaretto e Mattioda (2009), uma analogia de aplicação de ferramenta de qualidade pode ser feita sobre o conceito de melhoramento contínuo, que implica literalmente num processo sem fim. Sendo assim, sugere-se a montagem de outro plano de ações para uma próxima análise da execução orçamentária anual com vistas a melhorá-la continuamente.

e) Implantação das Ações: Neste momento, o gestor do órgão objeto de pesquisa em conjunto com a contadora, também pesquisadora, promoveram a implantação das ações planejadas para a resolução do problema de pesquisa.

No primeiro ciclo, as ações de 1 a 5 do plano de ações foram implantadas. Como consta no planejamento das ações, a implementação destas aconteceu nos meses de fevereiro a abril de 2017 com apresentações feitas ao gestor pela contadora do órgão.

No segundo ciclo foi implementada a ação 6 do plano de ações e, como se tratava do último ciclo, foi informado que quando da realização de outro ciclo da pesquisa-ação para a continuidade da análise da execução orçamentária, deverão ser montados outros planos visando propor melhorias contínuas. O plano pode ser estruturado para atender também,

outros resultados orçamentários que não sejam exclusivamente os utilizados nesta dissertação. Os resultados utilizados nesta pesquisa são os constantes nos Apêndices B a G.

f) Avaliação: A cada final de ciclo são avaliados os resultados obtidos em comparação com os resultados iniciais registrados na etapa do diagnóstico. Uma das formas de avaliação de resultados da pesquisa-ação utilizada por diversos pesquisadores é a comparação com os critérios (indicadores) definidos na fase de coleta de dados, antes e depois da intervenção do pesquisador. A avaliação é muito importante, pois, sem esta, as ações são implementadas ao acaso, os erros se proliferam gerando aumento da ineficiência e frustração.

No primeiro ciclo da pesquisa-ação, os resultados obtidos em comparação com os resultados iniciais da etapa do diagnóstico mostraram que houve esforços no sentido de instruir o ordenador de despesas sobre a execução do orçamento público. Foi apresentado ao gestor um estudo sobre a pesquisa em questão, orçamento público, atribuições do ordenador de despesas e diversas formas de como analisar a execução do orçamento público, especificamente a execução do orçamento de 2015.

Já no segundo ciclo da pesquisa-ação, os resultados obtidos em comparação com os resultados do primeiro ciclo indicaram que, após a aplicação do plano de ações, Quadro 12, principalmente do estudo da execução orçamentária de 2015, foi possível medir e melhorar a qualidade da informação do gestor pelo fornecimento de informações sobre o orçamento público, sua execução e possíveis decisões orçamentárias.

3.3 Metapasso – Monitoramento

Devem ser monitorados todos os ciclos da pesquisa-ação e, sendo assim, cada ciclo deve conduzir a um novo ciclo e ao planejamento e avaliações contínuas devem acontecer ao longo do tempo. Neste estudo foram realizados dois ciclos da pesquisa-ação.

4. RESULTADOS

O desenvolvimento deste estudo demonstrou o que foi realizado para a resolução do problema de pesquisa e a consecução dos objetivos propostos.

4.1 Primeiro Ciclo da Pesquisa-Ação

4.1.1 Pré-Passo – Diagnóstico

O objeto do estudo foi o Câmpus Campos do Jordão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Cabe lembrar aqui o problema de pesquisa identificado na instituição: A má qualidade da informação prejudica algumas informações orçamentárias e, por consequência, atrapalha o processo da tomada de decisões?

Este problema existe, pois, o Câmpus Campos do Jordão é uma Unidade Gestora (UG) que teve seu funcionamento autorizado em 09 de junho de 2008, por meio da Portaria nº. 711, publicada no Diário Oficial da União (DOU) na mesma data e, sua descentralização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial ocorreu apenas em 2013, quando também foram nomeados contadores e técnicos em contabilidade para atender a demanda desta descentralização.

A falta de experiência de muitos contadores e técnicos em contabilidade na área pública dificultou a orientação aos seus ordenadores de despesa, os quais, muitas vezes, são profissionais alheios às áreas de administração e contabilidade pública.

A descentralização recente do câmpus destinou aos contabilistas algumas atividades de execução financeira, orçamentária e contábil, postergando treinamentos que enfocassem o fornecimento de informações ao gestor para uma melhor tomada de decisões.

Sendo assim, esta pesquisa buscou orientar o ordenador de despesas do Câmpus Campos do Jordão a conduzir a gestão do orçamento público, visto que o mesmo é um profissional de área não afim à administração e contabilidade e, ainda, avaliar e melhorar a qualidade da informação do ordenador de despesas a respeito da execução do orçamento público.

Procurou, igualmente, contribuir com os contadores do IFSP para que promovam ações destinadas ao fornecimento de informações aos seus gestores para a tomada de suas decisões, pois este é o objetivo da contabilidade.

Foram realizadas duas reuniões no mês de junho de 2016 entre os envolvidos, ou seja, diretor geral e contadora para tratar das dificuldades de gestão observadas na execução orçamentária do ano de 2015, bem como uma diálogo e alguns esclarecimentos necessários à realização da entrevista estruturada. Isto contribuiu com ideias para a elaboração de um plano de ações compatível com a resolução do problema.

Nos passos de condução da pesquisa-ação foi demonstrado como se deu o planejamento das ações, as quais estavam ligadas ao alcance dos objetivos da pesquisa.

4.1.2 Passos de Condução

a) Coleta de Dados: Foi elaborado um instrumento de coleta de dados denominado entrevista, contendo um roteiro estruturado com doze questões, a maioria aberta, e foi aplicado ao dirigente máximo do órgão objeto da pesquisa. O instrumento de coleta, para atender ao seu fim, foi criado levando em conta o referencial teórico adotado e o problema de pesquisa em questão. O roteiro estruturado consta na análise dos dados do primeiro ciclo da pesquisa.

Os dados foram coletados em junho do ano de 2016 e trataram de: - verificar se a área de formação do gestor era afim à contabilidade e administração pública; - constatar qual o grau de conhecimento do gestor em relação ao SIAFI e execução do orçamento público; - identificar o interesse do gestor nas boas práticas de execução do orçamento e compreender qual o interesse do Ordenador de Despesas na pesquisa-ação a ser realizada; - buscar, com isso, demonstrar o diagnóstico atual, o contexto e a proposta; - lidar com o campo de pesquisa, os interessados, os problemas prioritários e as eventuais ações.

b) Realinhamento dos Dados: Os dados foram organizados de forma que as questões do roteiro estruturado foram agrupadas, ou seja, as que tinham um mesmo objetivo foram separadas em blocos para serem analisadas em conjunto e outras foram analisadas separadamente para atender a um objetivo específico.

c) **Análise dos Dados:** Os dados foram analisados de forma qualitativa, com a interpretação dos fenômenos, atribuição de significados e análise indutiva para tornar possível a geração de análises e conclusões.

Os questionamentos feitos ao diretor geral do órgão objeto da pesquisa foram organizados por blocos e ou individualizados de acordo com o objetivo de cada questão, como segue:

Questionamento 1	Qual sua área de formação?
Objetivo	Verificar se a área de formação do gestor era afim à contabilidade e administração pública.

Quadro 8 – Bloco 1 – Formação

Fonte: Elaborado pela Autora

Conforme Quadro 8, Filosofia foi a área de formação dada como resposta. Esta pesquisa busca orientar o ordenador de despesas a conduzir a gestão da execução do orçamento público, visto que o mesmo é um profissional de área não afim a administração e contabilidade pública.

Segundo o Manual do Ordenador de Despesas, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2014, p. 9), suas responsabilidades exigem conhecimentos em diversas áreas, reunindo, para a tomada de decisões, informações que transitam em finanças, contratos, licitação, obras, recursos humanos, transparência, bens patrimoniais, dentre outras. Entretanto, por ser de área diversa, o gestor do câmpus não conhece profundamente os módulos do SIAFI, sua lógica de funcionamento e a contabilidade em si, o que dificulta a execução e compreensão do orçamento público, podendo isto, ser capaz de atrapalhar o gestor no momento das suas decisões.

Diante deste cenário, a contadora responsável pelo Câmpus, também pesquisadora, identificou a necessidade de instruir e incentivar o seu gestor à compreensão, análise, controle e envolvimento com a execução do orçamento público para uma tomada de decisões de maneira mais acertada, uma vez que cabe à contabilidade o provimento de uma parte importante das informações necessárias para o tomador de decisão conduzir as suas ações do dia a dia e as ações estratégicas, de longo prazo, da sua organização (GASPARETTO, 2004, p.110).

<p>Questionamentos</p> <p>2, 3, 4, 5, 6 e 8</p>	<p>2) Qual o seu grau de conhecimento em relação à execução do orçamento e contabilidade pública?</p> <p>3) Antes da sua gestão atual, já teve contato com a execução orçamentária e ou contabilidade de algum órgão público?</p> <p>4) Como classifica seu conhecimento em relação ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI?</p> <p>5) É conhecedor do conteúdo de orçamento e finanças da Portaria do IFSP nº. 1003, de 10 de março de 2014, que trata das diversas atribuições típicas de ordenador de despesas como administrativas, financeiras, orçamentárias e patrimoniais?</p> <p>6) Tem conhecimento do conteúdo da macrofunção do SIAFI - 020315 que trata da conformidade contábil e das atribuições do ordenador de despesas no tocante a esta salvaguarda do SIAFI?</p> <p>8) Têm ciência do montante de créditos orçamentários devolvidos do Câmpus Campos do Jordão para a Reitoria no final do exercício de 2015?</p>
<p>Objetivo</p>	<p>Constatar qual o grau de conhecimento do gestor em relação ao SIAFI e Execução do Orçamento Público.</p>

Quadro 9 – Bloco 2 – Conhecimento sobre Orçamento e Contabilidade Pública

Fonte: Elaborado pela Autora

Para os questionamentos 3, 5, 6 e 8, constantes do Quadro 9, a resposta do gestor foi não e, para as questões 2 e 4, a resposta foi que seu grau de conhecimento é em torno de 35%. Vale ressaltar que se confirma o diagnóstico e a necessidade de mais uma entrevista para medir a qualidade da informação do gestor antes e após a aplicação do plano de ações a ser definido.

Segundo Naves (2011, p.66):

Na execução da despesa pública, a autoridade administrativa que responde por todas as ações praticadas no âmbito de sua UG, inclusive perante o TCU, é chamada de Ordenador de Despesa. Esse agente é toda e qualquer autoridade que de seus atos resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda, conforme art. 80, § 1º do Decreto-Lei nº. 200/1967 (BRASIL, 1967).

É importante frisar que o orçamento público necessita ter sua execução acompanhada e controlada. Sendo assim, é muito importante que o gestor entenda a execução do orçamento público, desde os lançamentos de notas de crédito até o pagamento da despesa. Isto o fará saber como está acontecendo a execução orçamentária, quais ações, projetos e/ou atividades estão sendo beneficiados e quanto de créditos orçamentários são devolvidos no final do exercício sem a devida utilização ou ainda, ajustado às necessidades da UG, levando em conta as disposições legais.

Se existe orçamento, o essencial é que seja executado conforme foi planejado. O entendimento e a realização efetiva destas ações ajudarão o gestor a tomar decisões mais acertadas.

Os próximos mostrados no Quadro 10, têm como objetivo identificar o interesse do gestor nas boas práticas de Execução do Orçamento.

<p>Questionamentos</p> <p>7, 9, 10 e 11</p>	<p>7) Na sua opinião qual a importância de uma execução orçamentária eficiente?</p> <p>9) O que pensa sobre a reutilização no final do exercício dos créditos orçamentários originários de cancelamento de empenhos para outras despesas de mesma natureza econômica?</p> <p>10) No segundo semestre de cada ano, a contabilidade, financeiro, orçamento e o gerente administrativo/diretor de área do Câmpus poderiam fazer uma análise para detectar as despesas empenhadas e que possivelmente não serão liquidadas e pagas visando a utilização destes créditos orçamentários em outras despesas. Isto seria importante para a gestão orçamentária do Câmpus e fonte para uma possível tomada de decisão do ordenador de despesas?</p> <p>11) Tomando por base a Portaria nº. 1003, de 10 de março de 2014, como vê a atuação de um ordenador de despesas no acompanhamento do orçamento da UG, ao longo do ano, no tocante à sua execução e, quando for o caso, a verificação junto aos responsáveis sobre o porquê da não execução?</p>
<p>Objetivo</p>	<p>Identificar o interesse do gestor nas boas práticas de Execução do Orçamento</p>

Quadro 10 – Bloco 3 – Gestão Orçamentária

Fonte: Elaborado pela Autora

As respostas do gestor para as questões do Quadro 10 foram positivas. Indutivamente, foi possível perceber que o ordenador de despesas vê a execução orçamentária como importante, necessitando ser acompanhada e controlada.

Como afirma Castro (2011, p. 43):

A execução orçamentária é uma etapa da estrutura do orçamento em que os atos e fatos são praticados na Administração Pública para implementação da ação governamental e na qual ocorre o processo de operacionalização objetiva e concreta de uma política pública.

O gestor também apoiou as sugestões de melhoria na execução orçamentária constantes nos questionamentos feitos.

Questionamento 12	Como enxerga a aplicação de uma pesquisa-ação por parte da contadora do Câmpus Campos do Jordão visando obter o diagnóstico de um problema de pesquisa e a execução de um plano de ação para resolver o problema orçamentário identificado?
Objetivo:	Compreender qual o interesse do Ordenador de Despesas na pesquisa-ação a ser realizada.

Quadro 11 – Bloco 4 – Aplicação da Pesquisa-Ação

Fonte: Elaborado pela Autora

Percebe-se, levando em conta a resposta dada pelo ordenador de despesas, do questionamento feito no Quadro 11, que este tem interesse na pesquisa-ação a ser realizada e acredita que trará resultados positivos para a execução orçamentária do órgão estudado.

Moreno e Carvalho (2007) apontam as pesquisas de Baskerville e Harper (1996) e também de Baker (2000).

Baskerville e Harper (1996), por sua vez, apresentam Hult e Lennung (1980) que afirmam que a pesquisa-ação é capaz de cobrir, ao mesmo tempo, a solução de problemas na prática, a expansão do conhecimento científico, assim como desenvolver as competências dos atores envolvidos. Trata-se de um processo da pesquisa-ação que é colaborativo e envolve o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, de modo interativo e cíclico visando aumentar o entendimento do pesquisador e dos participantes sobre determinada situação e gerar soluções eficazes para os problemas identificados em tal contexto.

Baker (2000) cita que Máster (1995), em suas pesquisas, aponta que, além disso, ao expressar interesse pelas contribuições dos colaboradores, o pesquisador reconhece o domínio que os primeiros detêm sobre o que está sendo investigado. Assim, há uma maior probabilidade de haver co-responsabilidade tanto pela formulação do diagnóstico organizacional, quanto pela elaboração de planos de intervenção.

Nesse sentido, observa-se tratar “de uma metodologia de pesquisa comprometida com o aspecto ético da geração de conhecimento científico, e de grande aplicabilidade a processos de mudanças em sistemas sócio-técnicos” (MORENO; CARVALHO, 2007, p.8).

Segundo o gestor entrevistado:

Todo trabalho científico, ainda mais numa instituição acadêmica, é importante e necessário para garantir o aprimoramento das ações e por tornar público e, nesse caso, com mais rigor de avaliação e demonstração pública, ainda que a posteriori, considerando que o trabalho será publicado. Neste caso, realizado pela própria contadora da instituição, é muito mais promissor o êxito na qualidade do trabalho científico, tanto no desenvolvimento como no resultado, por se tratar de uma profissional que lida em seu cotidiano com a questão central da pesquisa e que, por isso, muito poderá contribuir com o retorno do seu resultado final.

Sendo assim, é feito um plano de ações para ser aplicado aos principais envolvidos na gestão orçamentária do IFSP – Câmpus Campos do Jordão intencionando resolver o problema de pesquisa identificado.

d) Planejamento das Ações: Foi elaborado um plano de ações com o objetivo de definir as ações necessárias para a solução do problema, bem como os responsáveis pela implantação de cada ação e os prazos para conclusão das mesmas como mostra o Quadro 12.

ACÇÕES	RESPONSÁVEL	CONCLUSÃO
1) Apresentação da proposta da pesquisa ao Diretor Geral	Contadora do Órgão	09/02/2017
2) Apresentação e estudo da Execução Orçamentária – 2015	Contadora do Órgão	09/02/2017
3) Apresentação sobre Orçamento Público	Contadora do Órgão	06/04/2017

4) Apresentação sobre atribuições do Ordenado de Despesas	Contadora do Órgão	17/04/2017
5) Apresentação sobre Qualidade da Informação	Contadora do Órgão	04/2017
6) Medição e avaliação da Qualidade da Informação do Gestor sobre a Execução Orçamentária – 2015	Diretor Geral e Contadora	09/2017

Quadro 12 – Plano de Ações

Fonte: Elaborado pela Autora

As ações 1, 2, 3, 4 e 5 pretenderam atender ao objetivo específico de pesquisa: 1) Apresentar ao gestor uma análise da execução orçamentária anual de 2015, bem como um estudo sobre qualidade da informação e as atribuições de um ordenador de despesas na execução do orçamento público.

Já a ação 6 pretendeu atender ao seguinte objetivo de pesquisa: 2) Medir a qualidade da informação usada pelo gestor antes e após um treinamento e aplicação de um plano de ações voltado para o melhoramento desta qualidade.

A análise da qualidade da informação da ação 6 foi feita com a utilização de algumas dimensões definidas por Pipino, Lee e Wang (2002). Esta avaliação teve como base o procedimento adotado por Favaretto e Mattioda (2005) visando medir e avaliar a qualidade da informação para obter uma informação com qualidade.

O acompanhamento da execução orçamentária foi feito com a análise das decisões tomadas pelo gestor quando da observação dos percentuais das ações executadas e ações não executadas, os cancelamentos de empenhos e remanejamento de créditos com vistas à utilização em ações prioritárias.

Vale ressaltar que ter uma informação de qualidade é fundamental para que o gestor promova sua tomada de suas decisões, isto porque, quando esta qualidade é avaliada, se pode elaborar e definir o planejamento estratégico, realizar o controle gerencial, promover uma gestão transparente, reduzir os custos, entre outras possibilidades.

As ações supracitadas pretendem mudar o entendimento do gestor quanto à execução orçamentária, seu acompanhamento e a importância de um controle orçamentário eficiente. Para isto, existe a necessidade de mudanças no planejamento interno que foram e serão

apoiadas pelos setores administrativo, orçamentário, financeiro e contábil da Unidade Gestora.

Foi constituído, no início de 2015, um compromisso entre o diretor geral e os setores envolvidos para a consecução dos objetivos propostos até a resolução do problema de pesquisa, não sendo identificado até o momento, resistências a serem gerenciadas.

Estes resultados evidenciaram o problema de pesquisa e confirmaram o diagnóstico apresentado. A próxima etapa do ciclo da pesquisa-ação foi a implementação das ações constantes no plano de ações, visando a resolução da questão de pesquisa.

e) Implantação das Ações: Como se trata do primeiro ciclo da pesquisa, as ações de 1 a 5 foram implantadas atendendo ao primeiro objetivo específico desta pesquisa: Apresentar ao gestor uma análise da execução orçamentária anual de 2015, bem como um estudo sobre qualidade da informação e as atribuições de um ordenador de despesas na execução do orçamento público.

Como consta no planejamento das ações, a implementação destas aconteceu nos meses de fevereiro a abril de 2017 com apresentações feitas ao gestor pela contadora do órgão sobre a análise da execução do orçamento público por meio do uso de exposições envolvendo documentos do SIAFI e institucionais, gráficos, vídeos, slides para que o gestor tivesse um entendimento fácil e mais aprofundado sobre o assunto.

f) Avaliação: Os resultados obtidos em comparação com os resultados iniciais da etapa do diagnósticos mostram que houve esforços no sentido de instruir o ordenador de despesas sobre a execução do orçamento público. Foi apresentado ao gestor um estudo sobre a pesquisa em questão, orçamento público, atribuições do ordenador de despesas e diversas formas de como analisar a execução do orçamento público, especificamente a execução do orçamento de 2015.

A partir de então foi feita uma nova entrevista para medição da qualidade da informação do gestor.

4.1.3 Metapasso – Monitoramento

Foi possível verificar, na monitoração da coleta de dados, a possibilidade de elaborar uma nova coleta voltada mais especificamente para análise da qualidade da informação

utilizada pelo gestor do órgão.

Os dados foram realinhados de forma a tornar fácil a análise de questões. Estes primeiros questionamentos feitos ao gestor foram agrupados de acordo com os mesmos objetivos. Na segunda coleta de dados foi possível alinhar os dados da forma que melhor atenda ao objetivo pretendido. A análise dos dados continuou sendo feita de forma qualitativa, com interpretação dos fenômenos, atribuição de significados, análise indutiva e, quando necessário serão acrescentadas algumas observações quantitativas para, em conjunto, tornar possível a geração de análises e conclusões.

Ao analisar o planejamento das ações, como a pesquisa-ação se trata de um ciclo contínuo de melhoramento, faz-se necessário que em cada ciclo seja elaborado um plano de ações para resolução dos problemas identificados no processo. A implementação das ações nos próximos ciclos da pesquisa continuou com a mesma proposta, ou seja, atender aos objetivos e resolver ao problema identificado.

A avaliação do primeiro ciclo foi feita e chegou-se à conclusão que houve esforços no sentido de instruir o ordenador de despesas sobre a execução do orçamento público ao implantar as ações constantes do plano de ações.

Partindo para o segundo ciclo da pesquisa-ação, foi realizada uma segunda entrevista para medir a qualidade da informação do gestor antes e após a aplicação do plano de ações.

4.2 Segundo Ciclo da Pesquisa-Ação

4.2.1 Pré-Passo – Diagnóstico

O diagnóstico após implementação de alguns itens do plano de ações demonstrou que houve esforços no sentido de instruir o gestor sobre a pesquisa em questão, orçamento público, atribuições do ordenador de despesas e algumas formas de como analisar a execução orçamentária anual do exercício financeiro de 2015.

Um dos objetivos específicos foi atendido e, para o atendimento do segundo, foi implementada, na sequência, uma nova entrevista que serviu de base para a medição da qualidade da informação do tomador de decisão antes e após a aplicação do plano de ações.

A entrevista e a análise dos dados ocorreram no mês de setembro de 2017.

4.2.2 Passos de Condução

São os passos necessários para a condução da pesquisa:

a) Coleta de Dados: Foi realizada uma entrevista com o tomador de decisões da instituição em setembro de 2017 para preenchimento de duas tabelas a fim de que este inserisse os valores de medida para cada resultado orçamentário em cada dimensão da qualidade da informação antes e após a aplicação do plano de ações. O instrumento de coleta, para atender ao seu fim, foi criado levando em conta o referencial teórico adotado e o problema de pesquisa em questão. As tabelas utilizadas constam na análise dos dados.

b) Realinhamento dos Dados: Os dados foram organizados de forma que as dimensões com melhores e piores avaliações foram separadas em blocos e justificadas pelas suas medidas e valores dos seus respectivos graus de importância com base na relevância de cada dimensão no processo de decisão.

c) Análise dos Dados: Os dados foram analisados de forma qualitativa. Para a medição da qualidade da informação do gestor, a respeito da execução orçamentária anual do IFSP-CJO, foi feita uma análise desta execução no exercício de 2015 antes e após a aplicação do plano de ações.

Estas informações apresentadas ao gestor foram oriundas de uma *flat table* (Apêndice A), com dados extraídos do SIAFI que originaram *dashboard* (Apêndices B a G), análises e informações gerenciais.

Os três resultados usados para a análise da QI foram os seguintes: Cancelamento x Execução do Orçamento, Empenho x Restos a Pagar e Contratos Continuados x Total Empenhado.

Estes resultados principais foram utilizados para a avaliação da qualidade da informação do gestor, por se tratarem de acontecimentos importantes numa execução do orçamento e, quando não ocorrem com eficiência, eficácia e efetividade, afetam significativamente esta execução.

Relembrando a afirmação de Santos (2016, p.36), as características que definem a qualidade da informação nas organizações irão variar de acordo com o tempo e o espaço, ou seja, dependendo do contexto em que esteja inserida e sua qualidade esteja sendo exigida, reforçando as definições de Juran e Crosby quando dizem que a qualidade da informação é

sua adequação ao uso considerando as necessidades dos usuários.

O Quadro 13 mostra as dimensões para avaliação da qualidade da informação escolhidas para a pesquisa em questão.

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
Completeza	O quanto não há falta de dados e que sejam de profundidade e amplitude suficientes para a tarefa.
Concisão	O quanto o dado é representado de forma compacta.
Facilidade de Uso	O quanto o dado é fácil de manipular e de ser usado em diferentes tarefas.
Interpretabilidade	O quanto o dado está em linguagem, símbolo e unidade adequados, e possui definições claras.
Objetividade	O quanto o dado não é disperso e imparcial.
Relevância	O quanto o dado é aplicável e colaborador à tarefa.
Entendimento	O quanto o dado é facilmente compreendido.

Quadro 13 – Dimensões para a Avaliação da Qualidade da Informação

Fonte: Adaptado de Pipino, Lee e Wang (2002)

Favaretto e Mattioda (2005) afirmam que entre as dimensões da qualidade propostas por Wang et al. (2000), algumas não foram utilizadas no estudo descritivo realizado por eles.

Seguindo a mesma linha dos autores supracitados, apresenta-se no Quadro 14 as justificativas para não utilização de algumas dimensões da qualidade da informação sugeridas por Pipino, Lee e Wang (2002).

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
Acessibilidade	Assumida como 100% em função da base de dados. Constitui um dos objetivos do SIAFI: Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora.
Quantidade	Não apresenta interferência no contexto da pesquisa.
Credibilidade	Assumida como 100% em função da base de dados. De acordo com a STN (BRASIL, STN, 2015) o SIAFI apresenta uma série de métodos e procedimentos

	para disciplinar o acesso e assegurar a manutenção da integridade dos dados e do próprio sistema. Esta proteção se dá tanto contra utilizações indevidas ou desautorizadas como eventuais danos que pudessem ser causados aos dados. Assegura-se, portanto, a confiabilidade dos dados no sistema, sua responsável utilização e a responsabilização dos gestores e usuários que delas dispõe.
Consistência	Não apresenta interferência no contexto da pesquisa.
Livre de Erros	Assumida como 100% em função da base de dados. O SIAFI, apesar de bastante completo e abrangente, necessita de ações que, de fato, confirmem a legalidade e correção dos lançamentos nele inseridos, são as chamadas “conformidades”, ou seja, conformidade contábil e de gestão. Isto decorre, tendo em vista que os executores, ao utilizarem o sistema, dispõem de algumas alternativas, as quais podem ser passíveis de lacunas e/ou erros. Sendo assim, foi instituída esta salvaguarda no SIAFI.
Reputação	Assumida como 100% em função da base de dados. O SIAFI, como afirmam Feijó et al. (2014, p. 22) é: O sistema informatizado que processa e controla a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil da União. O SIAFI foi implementado em 1987, tornando-se, desde então, importante instrumento para o acompanhamento e controle destes processos no âmbito do Governo Federal. Atualmente, se apresenta como um dos mais abrangentes instrumentos de administração das finanças públicas, dentre os seus congêneres conhecidos no mundo.
Segurança	Assumida como 100% em função da base de dados. O SIAFI tem sua segurança baseada em princípios e instrumentos contidos no Manual do SIAFI – Macrofunção 020801, 2012, item 2.5.1 (BRASIL, 2012), os quais são: Senha, Conformidade Contábil, Conformidade de Operadores, Conformidade de Registros de Gestão, Identificação das Operações do Usuário, Integridade e Fidedignidade dos Dados e Inalterabilidade dos Documentos (FEIJÓ et al., 2014).
Volatilidade	Assumida como 100% em função da base de dados. Constitui um dos objetivos do SIAFI: Permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal.

Quadro 14 – Justificativa das dimensões da qualidade da informação não utilizada no estudo descritivo

Fonte: Elaborado pela Autora

Ainda, tomando por base os estudos de Favaretto e Mattioda (2005), foram atribuídos medidas e graus de importância às dimensões selecionadas. Estas definições devem ser feitas do ponto de vista dos usuários finais do produto da informação. Na presente dissertação, a própria autora também é uma usuária final do SIAFI e selecionou as dimensões, definiu medidas e atribuiu valores ao grau de importância levando em conta cada dimensão no processo de decisão.

Para esta dissertação foi utilizado o procedimento de medição da qualidade da informação proposto por Favaretto e Mattioda (2005) quando apontam que as dimensões da qualidade da informação utilizadas, com as respectivas descrições da forma de medição e os graus de importância utilizados para cálculo do indicador da qualidade da informação são apresentadas em um quadro, neste texto no Quadro 15. Nele, as medições estão todas em escalas de 1 a 5, sendo os menores valores representando que a avaliação para a dimensão em questão é baixa ou ruim, e os maiores valores representando avaliações altas ou boas. Ainda, segundo os autores, esta escala intervalar é utilizada por permitir classificar os eventos com distâncias iguais (HAIR JR. et al., 2005), além de permitir um valor intermediário no qual a dimensão em questão não possui nem avaliação boa e nem avaliação ruim.

As dimensões estão numeradas para facilitar a representação (Dimensões 1 a 7).

Dimensão	Medida	Grau de Importância
1. Completeza	Ênfase na suficiência de informações para o estudo do documento. 1 = pouco completo e 5 = muito completo.	9
2. Concisão	Número de informações reduzidas ao essencial. 1 = pouco conciso e 5 = muito conciso.	7
3. Facilidade de Uso	Facilidade de uso das mesmas informações em diferentes decisões orçamentárias. 1 = difícil utilização e 5 = ótima utilização.	10
4. Interpretabilidade	Destaque dos dados em linguagem, símbolo e unidade adequados. 1 = difícil interpretação e 5 = ótima interpretação.	7
5. Objetividade	Evidência nas informações imparciais e livre de tendências ou interferências externas. 1 = pouco objetivo e 5 = muito objetivo.	8
6. Relevância	Quantidade de informações para decisões gerenciais presentes no documento. 1 = pouco relevante e 5 = muito relevante.	10
7. Entendimento	Posicionamento e clareza das informações orçamentárias objeto do estudo. 1 = difícil entendimento e 5 = ótimo entendimento.	10

Quadro 15 – Dimensões da qualidade, formas de medição e respectivos graus de importância utilizados no experimento

Fonte: Elaborado pela Autora

O grau de importância foi definido com base na relevância de cada dimensão no processo de decisão, conforme mostra o Quadro 16.

Dimensão	Justificativa	Grau de Importância
1. Completeza	<p>É necessário que a documentação observada pelo gestor seja completa para que as informações obtidas sejam suficientes para as suas decisões.</p> <p>A base de dados extraída do Siafi contemplou quase a totalidades das naturezas de despesas do IFSP-CJO constantes no orçamento e as relações de variações que acontecem ao longo do exercício financeiro com cada uma delas.</p> <p>Um exemplo da completeza das informações fornecidas ao gestor é que, desta quase totalidade das naturezas de despesas analisadas, todas tiveram seus estágios da despesa pública estudados, assim como o percentual de execução e os restos a pagar processados e não processados.</p>	9
2. Concisão	<p>Um documento com muitas informações não filtradas poderia dar mais trabalho ao gestor no momento de selecionar quais as informações seriam mais relevantes e quais seriam ponto de partida para a tomada de suas decisões.</p> <p>Estas informações não estando reduzidas ao essencial não mudariam o foco do estudo do gestor, apenas prolongariam a seleção de quais informações lhes seriam prioritárias.</p>	7
3. Facilidade de Uso	<p>É possível ter uma facilidade de uso das mesmas informações em diferentes decisões orçamentárias considerando que a análise anual da execução orçamentária envolveu uma razoável quantidade de dados extraídos do SIAFI, a presença da maioria das naturezas de despesas empenhadas, liquidadas, pagas, anuladas, inscritas em restos a pagar e ainda o percentual de execução destas naturezas de despesas, gerando algumas informações e, dependendo do gestor, poderá ir além do recomendado pela contabilidade, já que sua visão, de educador, poderá enxergar outros caminhos para empregar o orçamento não utilizado em outras ações, projetos e ou atividades da área fim.</p>	10
4. Interpretabilidade	<p>É importante que as informações estejam em linguagem, unidade e símbolos adequados para não confundir o tomador de decisão. Sendo assim, o gestor poderá ter uma melhor interpretação a respeito das informações recebidas e facilitar a celeridade da tomada de decisão.</p> <p>É necessário ressaltar que, dependendo do conhecimento do gestor a respeito do objeto estudado, informações podem se apresentar sem alguns símbolos e/ou esta em linguagem mais técnica e, mesmo assim serão compreendidas pelo gestor.</p> <p>Por centralizar as decisões finais sobre diversas áreas administrativas, o ordenador de despesas deve ser um líder. Além de agente condutor, deve ser referência de comportamento e desempenho para todos. Para ter sucesso em suas atribuições é necessário desenvolver capacidade de relacionamento interpessoal, comunicação, automotivação e conhecimentos</p>	7

	técnicos básicos de gestão (CNMP, 2014, p.9).	
5. Objetividade	<p>Informações imparciais, não tendenciosas e livres de interferências externas são importantes para que o gestor tenha uma fonte limpa para tomar decisões mais seguras.</p> <p>É bom lembrar que as informações repassadas ao gestor, nos órgãos federais de ensino, advêm da contabilidade e algumas vezes há nestas informações, recomendações dos contadores.</p> <p>De acordo com Castro (2011, p. 87), na prática a contabilidade caracteriza-se por conjunto de procedimentos ordenados e concretos aplicáveis na busca do objetivo específico que é a informação. Está fundamentada em controles apropriados dos registros efetuados, sustentada em bases sólidas de suporte documental, utilizando regras transparentes das técnicas utilizadas. Representa, por tudo isto, a parte mais segura das informações produzidas na entidade, importante instrumento para subsidiar os dirigentes, dar transparência à sociedade e garantir fidedignidade aos órgãos de controle interno e externo.</p>	8
6. Relevância	<p>Esta dimensão é muito importante no processo de tomada de decisões, pois trata-se da quantidade de informações gerenciais presentes no documento analisado pelo gestor. É a partir destas informações que ele terá uma direção de como agir para controlar, remanejar, mudar, tendo sempre bom senso na tomada de suas decisões orçamentárias.</p> <p>O objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs T 16.1 a 16.11), é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social (CFC, 2012).</p>	10
7. Entendimento	<p>Para que a decisão seja mais acertada, é preciso que haja clareza nas informações orçamentárias objeto do estudo realizado pelo gestor.</p> <p>Sendo assim, é necessário que o fornecedor de informações gere relatórios claros para facilitar o entendimento do tomador de decisão.</p> <p>O gestor, ao analisar as informações orçamentárias, deverá ter um prévio conhecimento sobre o assunto para que este possa ser passível de entendimento.</p> <p>Segundo o Manual do Ordenador de Despesas, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2014, p. 9), suas responsabilidades exigem conhecimentos em diversas áreas, reunindo, para a tomada de decisões, informações que transitam em finanças, contratos, licitação, obras, recursos humanos, transparência, bens patrimoniais, dentre outras.</p>	10

Quadro 16 – Justificativa do grau de importância atribuído a cada dimensão

Fonte: Elaborado pela Autora

As Tabelas 1 e 2 apresentam a aplicação da medição, atribuindo valores para cada resultado orçamentário antes e depois da aplicação do plano de ações.

A coleta de dados das situações antes e após a aplicação do plano de ações foi feita na segunda entrevista, ou seja, após a aplicação do plano de ações. Foi questionado ao gestor qual era a sua medição para as dimensões da qualidade da informação levando em conta os resultados orçamentários apresentados.

Entende-se que não seria oportuno fazer a entrevista literalmente antes da aplicação do plano de ações, pois o entrevistado, no primeiro diagnóstico, revelou conhecer apenas 35% de orçamento e contabilidade pública.

Medida antes da aplicação do plano de ações (Tabela 1).

Dimensão	Cancelamento <i>versus</i> Execução do Orçamento	Empenho <i>versus</i> Restos a Pagar	Contratos Continuados <i>versus</i> Total Empenhado
1. Completeza	2	3	2
2. Concisão	2	2	2
3. Facilidade de Uso	2	2	3
4. Interpretabilidade	4	4	4
5. Objetividade	3	3	3
6. Relevância	3	4	3
7. Entendimento	3	3	3

Tabela 1 –Valores obtidos para cada resultado orçamentário em cada dimensão da qualidade da informação - Antes da aplicação do plano de ações

Fonte: Diretor do Órgão (Ordenador de Despesas)

Medida após a aplicação do plano de ações (Tabela 2).

Dimensão	Cancelamento <i>versus</i> Execução do Orçamento	Empenho <i>versus</i> Restos a Pagar	Contratos Continuados <i>versus</i> Total Empenhado
1. Completeza	4	4	4
2. Concisão	5	5	5
3. Facilidade de Uso	5	5	5
4. Interpretabilidade	5	5	5
5. Objetividade	5	5	5
6. Relevância	5	5	5
7. Entendimento	4	4	4

Tabela 2 –Valores obtidos para cada resultado orçamentário em cada dimensão da qualidade da informação. Após a aplicação do plano de ações

Fonte: Diretor do Órgão (Ordenador de Despesas)

Ao comparar as Tabelas 1 e 2 é possível verificar que a atribuição, pelo gestor, de valores às medidas, foi melhorada em todas as dimensões da informação após a aplicação do plano de ações.

Os graus de importância constantes no Quadro 15 foram aplicados aos valores da medição atribuídos pelo gestor a cada dimensão (Tabelas 1 e 2) e, desta forma, foram obtidos os resultados apresentados nas Tabelas 3 e 4.

Resultado antes da aplicação do plano de ações (Tabela 3).

Cancelamento <i>versus</i> Execução do Orçamento	Empenho <i>versus</i> Restos a Pagar	Contratos Continuados <i>versus</i> Total Empenhado
164	183	174

Tabela 3 –Resultados obtidos na medição da qualidade da informação do gestor na execução orçamentária de 2015 - Antes da Aplicação do Plano de Ações

Fonte: Elaborado pela Autora

O panorama do cancelamento versus a execução do orçamento (Apêndice B) no ano de 2015 indicou que despesas com Diárias no país, Bolsa Discente Pesquisa, Passagens Capacitação e Diárias Capacitação foram as despesas passíveis de cancelamento no final do exercício que tiveram maior índice de cancelamento, ou seja, 48%, 28%, 100% e 100% respectivamente.

Quando existe cancelamento no final do exercício, é possível que haja remanejamento do crédito orçamentário para outros processos em aberto para entrarem em restos a pagar e serem executados em seguida.

O ideal seria que a equipe de gestão fizesse o acompanhamento das ações e, se percebesse que por motivos justificáveis, algumas ações não iam ser executadas totalmente, poderia ser feito o remanejamento ao longo do exercício para outras ações.

Quanto aos empenhos versus restos a pagar (Apêndice D) percebeu-se que em duas naturezas de despesa, ou seja, 33903007 e 44905218 que são respectivamente, alimentos secos e acervo bibliográfico, foram empenhadas, não liquidadas e não pagas dentro de 2015. Foram diretamente inscritas, no valor total em restos a pagar não processados. Isto pode ser acompanhado e controlado pela equipe de gestão para que, em um exercício financeiro não seja pago e recebido livros de dois exercícios, ou seja, 2015 e 2016. Isto pode deixar a biblioteca sem acervo, por exemplo, e ainda sobrecarregar os trabalhos do patrimônio.

Para os contratos continuados versus total empenhado (Apêndice F) percebeu-se que 54% do orçamento são destinados a quatro contratos de despesas de custeio, ou seja, Vigilância, Limpeza, Apoio Administrativo/Jardinagem. São contratos continuados de serviços terceirizados. Olhando com uma visão técnica, percebe-se a necessidade de ajustes, pois, existem diversas despesas para serem executadas ao longo do ano, inclusive despesas com investimentos, que são muito importantes, pois aumentam o imobilizado do órgão e não são despesas que seu fim se dá com o uso.

A Figura 6 mostra a quantidade de empenhos gerados no SIAFI na execução orçamentária do exercício financeiro de 2015 do Câmpus Campos do Jordão do IFSP.

Pela linha de dados da referida Figura 6, é possível verificar que foram emitidos 221 empenhos no ano de 2015, considerando também os empenhos de reforços e anulações.

Painel de controle - HOD 10 x Relatório em Branco->Doc... x

https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/servlet/mstrWeb

TESOUROGERENCIAL

TESOURO GERENCIAL > Criar relatório > Relatório em Branco->Documento

JERUSA

INÍCIO DO RELATÓRIO FERRAMENTAS DADOS PLANILHA FORMATO

Dados do DW refletem o SIAFI até 26/09/2017 05:05:15

TODOS OS OBJETOS

Nota de Empenho

NE - Detalhamento

NE - Lista de Itens

NE - Localidade Beneficiada

NE

NE - Amparo Legal

NE - Conta Passivo Anterior

NE - Espécie

NE - Inciso

NE - Modalidade Licitação

NE - Nota Empenho Ref.

NE - Núm. Original TV

NE - Núm. Processo

NE - Origem Material

NE - Passivo Anterior S/N

NE - Referência Dispensa

NE - Sistema Origem

NE - Tipo

NE - Valor

18 itens encontrados

TODOS OS OBJETOS

RELATÓRIOS RELACIONADOS

DETALHES DO RELATÓRIO

Filtro do relatório:
 ((Emissão - Ano) ((Número Ano)) = 2015) E ((Emitente - UG) ((Código)) = "158347")

Linhas de dados: 1 - 100 de 221 | Colunas de dados: 0

NE	NE - Espécie		NE - Tipo	
158347264392015NE000001	7	EMPENHO DE DESPESA PRE-EMPENHADA	3	ESTIMATIVO
158347264392015NE000002	7	EMPENHO DE DESPESA PRE-EMPENHADA	3	ESTIMATIVO
158347264392015NE000003	7	EMPENHO DE DESPESA PRE-EMPENHADA	3	ESTIMATIVO
158347264392015NE000004	7	EMPENHO DE DESPESA PRE-EMPENHADA	3	ESTIMATIVO
158347264392015NE000005	7	EMPENHO DE DESPESA PRE-EMPENHADA	3	ESTIMATIVO
158347264392015NE000006	7	EMPENHO DE DESPESA PRE-EMPENHADA	3	ESTIMATIVO
158347264392015NE000007	8	REFORCO DE EMPENHO DE DESPESA PRE-EMPENHADA	3	ESTIMATIVO
158347264392015NE000008	8	REFORCO DE EMPENHO DE DESPESA PRE-EMPENHADA	3	ESTIMATIVO
158347264392015NE000009	8	REFORCO DE EMPENHO DE DESPESA PRE-EMPENHADA	3	ESTIMATIVO
158347264392015NE000010	8	REFORCO DE EMPENHO DE DESPESA PRE-EMPENHADA	3	ESTIMATIVO
158347264392015NE000011	8	REFORCO DE EMPENHO DE DESPESA PRE-EMPENHADA	3	ESTIMATIVO
158347264392015NE000012	13	OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	1	ORDINARIO
158347264392015NE000013	13	OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	5	GLOBAL
158347264392015NE000014	13	OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	3	ESTIMATIVO

PT 15:34 26/09/2017

Figura 6 – Quantidade de Empenhos Emitidos em 2015

Fonte: Tesouro Gerencial (2017)

Painel de controle - HOD 10 x Relatório em Branco. Teso... x +

https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/servlet/mstrWeb

TESOUROGERENCIAL TESOIRO GERENCIAL > Criar relatório > Relatório em Branco

Dados do DW refletem o SIAFI até 26/09/2017 05:05:15

INÍCIO DO RELATÓRIO FERRAMENTAS DADOS PLANILHA FORMATO

TODOS OS OBJETOS

Nota de Lançamento de

NS - Data de Valorização

NS - Data de Vencimento

NS - Detalhamento

NS

NS - Controle Processo ME

NS - Inverte Saldo S/N

NS - Taxa Câmbio

NS - Tipo

NS - Tipo Título Crédito

NS - Título Crédito

10 itens encontrados

TODOS OS OBJETOS

RELATÓRIOS RELACIONADOS

DETALHES DO RELATÓRIO

Filtro do relatório:
 ((Emissão - Ano) ((Número Ano)) = 2015) E ((Emitente - UG) ((Código)) = "158347") E (NS ((Número)) Não Contém "9")

1 2 3 4 5 de 8 páginas

Linhas de dados: 1 - 100 de 744 | Colunas de dados: 0

NS	NS - Tipo	NS - Título Crédito
158347264392015NS000001	NS SIMPLES	2015NP000001
158347264392015NS000002	EXTINCAO DE SALDO	-8
158347264392015NS000003	INCORPORACAO DE SALDO	-8
158347264392015NS000004	NS SIMPLES	2015NP000002
158347264392015NS000005	NS SIMPLES	2015NP000002
158347264392015NS000006	NS SIMPLES	2015NP000003
158347264392015NS000007	NS SIMPLES	2015NP000003
158347264392015NS000008	NS SIMPLES	2015NP000004
158347264392015NS000009	NS SIMPLES	2015NP000004
158347264392015NS000010	EXTINCAO DE SALDO	-8
158347264392015NS000011	EXTINCAO DE SALDO	-8
158347264392015NS000012	EXTINCAO DE SALDO	-8
158347264392015NS000013	INCORPORACAO DE SALDO	-8
158347264392015NS000014	INCORPORACAO DE SALDO	-8

1 2 3 4 5 de 8 páginas

17:30
26/09/2017

Figura 7 – Quantidade de Liquidações Emitidas em 2015
 Fonte: Tesouro Gerencial (2017)

Pela análise da Figura 7, foram emitidas em 2015, 744 notas de lançamento de sistema (NS). Os títulos de crédito do tipo NP totalizaram 173, 63 RP, 97 AV, 27 DD, 50 PA, 24 RC e 07 SF, dentre outras, como as de incorporação de saldos, extinção de saldos, processo de encerramento, CCONT (Contabilidade da STN), Rotinas Diversas e Encerramento de Contas de Resultado.

Painel de controle - HOD 10 x Relatório em Branco. Teso... x +

https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/servlet/mstrWeb

TESOURO GERENCIAL < > TESOURO GERENCIAL > Criar relatório > Relatório em Branco

INÍCIO DO RELATÓRIO FERRAMENTAS DADOS PLANILHA FORMATO Dados do DW refletem o SIAFI até 26/09/2017 05:05:15

TODOS OS OBJETOS

Ordem Bancária

- Lista OB - Bancos
- Lista OB - Credores
- Lista OB - Faturas
- Lista OB - Precatórios
- OB - Data Saque Bacen
- OB - Detalhamento
- OB - Domicílio Bancário Destino
- OB - Domicílio Bancário Origem
- OB
- OB - Evento Bacen
- OB - Gestão Favorecida
- OB - Ident. Transferência
- OB - Inverte Saldo S/N
- OB - Número Bancário
- OB - OB Cancelamento
- OB - Processo
- OB - Relação
- OB - Taxa Câmbio
- 21 itens encontrados

TODOS OS OBJETOS

RELATÓRIOS RELACIONADOS

DETALHES DO RELATÓRIO

Filtro do relatório:
 ((Emissão - Ano) {{Número Ano}} = 2015) E ((Emitente - UG) {{Código}} = "158347") E (OB {{Número}} Não Contém "-9")

Linhas de dados: 1 - 100 de 566 | Colunas de dados: 0

OB	OB - Relação	OB - Número Bancário
15834726439201508000001	-8	005931744-2
15834726439201508000002	-8	005931780-9
15834726439201508000003	-8	005931837-6
15834726439201508000004	-8	006354235-8
15834726439201508000001	2015RE000001	000147453-7
15834726439201508000002	2015RT000001	000191118-X
15834726439201508000003	2015RT000001	000191281-X
15834726439201508000004	2015RT000001	000191393-X
15834726439201508000005	2015RE000002	000191396-4
15834726439201508000006	2015RE000002	000191403-0
15834726439201508000007	2015RT000001	000191536-3
15834726439201508000008	2015RE000002	000193132-6
15834726439201508000009	2015RE000002	000193145-8
15834726439201508000010	2015RE000002	000193152-0

PT 17:39 26/09/2017

Figura 8 – Quantidade de Ordens Bancárias Emitidas em 2015

Fonte: Tesouro Gerencial (2017)

Conforme Figura 8, as ordens bancárias emitidas no exercício financeiro de 2015 totalizaram 566 incluindo as canceladas.

Desta forma, é de competência do ordenador de despesas fazer o acompanhamento das ações, projetos e ou atividades constantes no orçamento da Unidade Gestora, autorizando e justificando o cancelamento dos empenhos, remanejamento de créditos orçamentários de ações que não estão sendo executadas, para outras que têm possibilidade de serem desenvolvidas e ainda usar o bom senso em decisões como: escolha das ações que terão redução ou extinção dos créditos por conta da crise econômica e cortes nos gastos públicos. Não é adequado o retorno de créditos orçamentários para o órgão central. Se existe orçamento, o essencial é que seja executado conforme foi planejado ou ainda, ajustado às necessidades da UG levando sempre em conta a legalidade dos atos e fatos. Este entendimento contribuirá para que o gestor tome decisões mais acertadas.

O gestor, antes de receber todas estas informações da contabilidade da UG, teve sua qualidade da informação avaliada em 164 para o cancelamento x execução do orçamento, 183 para empenhos versus restos a pagar e 174 para contratos continuados versus total empenhado conforme Tabela 3.

Para fins de informação, os escores máximos que poderiam ser obtidos na Tabela 3 seriam: 305, 305 e 305 respectivamente.

A medição das dimensões da qualidade da informação feita pelo gestor demonstra que completeza, concisão e facilidade de uso tiveram os menores valores atribuídos. Isto aponta para a necessidade de realização de ações para melhorar a medição destas dimensões.

Resultado após da aplicação do plano de ações (Tabela 4).

Cancelamento <i>versus</i> Execução do Orçamento	Empenho <i>versus</i> Restos a Pagar	Contratos Continuados <i>versus</i> Total Empenhado
286	286	286

Tabela 4 – Resultados obtidos na medição da qualidade da informação do gestor na execução orçamentária de 2015 – Após a Aplicação do Plano de Ações

Fonte: Elaborado pela Autora

Para fins de informação, os escores máximos que poderiam ser obtidos na Tabela 4 seriam: 305, 305 e 305 respectivamente.

Antes da aplicação do plano de ações, a qualidade da informação do gestor foi avaliada em 164 para o cancelamento x execução do orçamento, 183 para empenho versus restos a pagar e 174 para contratos continuados versus total empenhado, após a aplicação do plano de ações, o escore passou a ser de 286 para todos os resultados conforme Tabela 4.

Pode-se informar ainda que as dimensões completeza, concisão e facilidade de uso bem como as demais, tiveram os valores de medição melhorados pelo gestor. É possível verificar isto na comparação das Tabelas 3 e 4.

Levando em conta a medição feita pelo gestor, a dimensão que apresentou melhores resultados considerando os três resultados orçamentários e o antes e depois da aplicação do plano de ações foi a dimensão interpretabilidade. Isto demonstra que o gestor teve uma ótima interpretação das informações e dados em linguagem, símbolo e unidade adequados.

Ao comparar as Tabelas 3 e 4, verifica-se que após a aplicação do plano de ações, a medição das dimensões feita pelo gestor foi melhorada. Pode-se afirmar que não houve uma avaliação para as dimensões considerada baixa ou ruim pois todas foram a partir de 4.

Assim, é possível assegurar que após a aplicação do plano de ações, Quadro 12, principalmente do estudo da execução orçamentária de 2015, houve melhora na qualidade da informação do gestor pelo fornecimento de informações sobre o orçamento público, sua execução e possíveis decisões orçamentárias.

d) Planejamento das Ações: Este segundo ciclo trata-se do último ciclo da pesquisa-ação e como tal não possui um plano de ações para ser executado em seguida.

Como bem afirmam Favaretto e Mattioda (2009), uma analogia de aplicação de ferramenta de qualidade pode ser feita sobre o conceito de melhoramento contínuo, que implica literalmente um processo sem fim.

Sendo assim, sugere-se a montagem de outro plano de ações para uma próxima análise da execução orçamentária anual visando melhorá-la continuamente.

e) Implantação das Ações: Quando da realização de outro ciclo da pesquisa-ação e aplicação de outro plano de ações para uma próxima análise da execução orçamentária anual, sugere-se, dentre outras necessidades identificadas, montar um plano que atenda as necessidades do diagnóstico identificado à época.

f) Avaliação: Os resultados obtidos no segundo ciclo da pesquisa-ação em comparação com os resultados do primeiro ciclo indicam que, após a aplicação do plano de

ações, Quadro 12, principalmente do estudo da execução orçamentária de 2015, foi possível melhorar a qualidade da informação do gestor pelo fornecimento de informações sobre o orçamento público, sua execução e possíveis decisões orçamentárias.

4.2.3 Metapasso – Monitoramento

A coleta de dados e o realinhamento dos mesmos foram feitos da forma mais específica e objetiva possível, a fim de facilitar o entendimento. Recomenda-se que a análise dos dados seja feita de forma qualitativa, interpretação dos fenômenos, atribuição de significados, análise indutiva e ainda, com análises quantitativas quando necessário, para tornar possível a geração de análises e conclusões.

Sugere-se a montagem de outro plano de ações para uma próxima análise da execução orçamentária anual visando melhorá-la continuamente. Para tanto, se faz necessário indicar na avaliação, todas as melhorias que foram obtidas após a aplicação do plano de ações correspondente a cada ciclo. Para este segundo ciclo da pesquisa-ação, ao analisar as Tabelas 1, 2, 3 e 4 foi possível perceber que a qualidade da informação utilizada pelo gestor foi melhorada.

Fechando o segundo e último ciclo da pesquisa-ação e considerando que a aplicação de ferramenta de qualidade pode ser feita sobre o conceito de melhoramento contínuo, e que implica literalmente um processo sem fim, sugere-se aos fornecedores de informações da unidade gestora uma postura de acompanhamento da execução orçamentária anual a fim de conduzir o gestor com o uso da ferramenta de avaliação da Qualidade da Informação nas suas decisões advindas das análises feitas da Execução Orçamentária visando propor melhorias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação é de fundamental importância para a tomada de decisões. A falta de qualidade na informação em uma organização pode causar impactos sociais e ao negócio.

O procedimento de pesquisa aplicado neste trabalho foi a pesquisa-ação. Conforme Martins, Mello e Turrioni (2014, p.175): “Na pesquisa-ação, o pesquisador, utilizando a observação participante, interfere no objeto de estudo de forma cooperativa com os participantes da ação para resolver um problema e contribuir para a base do conhecimento”.

Os métodos utilizados para análise da qualidade da informação do gestor, a respeito da execução orçamentária, são provenientes do referencial teórico apresentado e o instrumento de coleta de dados foi a entrevista estruturada.

O desenvolvimento desta dissertação se deu em dois ciclos de pesquisa-ação. O primeiro ciclo demonstrou o cenário existente e a necessidade de aplicação de um plano de ações para resolução de um dos objetivos específicos.

O cenário inicial revelou por que foi identificado um problema de pesquisa. A unidade gestora vivenciava um momento de descentralização orçamentária, financeira e contábil, expansão do órgão, necessidade de cumprir com o objetivo da contabilidade e ainda, gestor com formação em área não afim às Ciências Contábeis.

Os resultados do segundo ciclo da pesquisa-ação revelaram uma melhora na qualidade da informação do gestor. Foram comparadas análises antes e após a aplicação do plano de ações. Com isso, os dois objetivos específicos foram atendidos, assim como o problema de pesquisa em questão.

O primeiro objetivo específico visou apresentar ao gestor a análise da execução orçamentária anual. A resolução deste se deu com a aplicação das ações 1 a 5 do plano de ações definido. Estas ações objetivaram apresentar esta dissertação ao diretor geral, estudar a execução orçamentária do exercício financeiro de 2015, fazer um estudo sobre o orçamento público, atribuições do ordenador de despesas e qualidade da informação.

Já o segundo objetivo específico buscou avaliar a qualidade da informação do gestor antes e após a aplicação do plano de ações. Foi trabalhada a ação 6 que pretendeu medir e avaliar a qualidade da informação do gestor sobre a execução orçamentária do ano de 2015. Esta ação ajudou atender ao segundo objetivo específico, por meio da apresentação ao gestor, de dimensões da qualidade da informação, para que este atribuísse valores às medidas de cada uma, no que diz respeito aos resultados anuais dos cancelamentos x execução do orçamento,

empenhos x restos a pagar e contratos continuados x total empenhado.

A partir dos resultados obtidos da avaliação da qualidade da informação do gestor pela análise das medidas dadas pelo gestor às dimensões e grau de importância atribuído a cada dimensão pela sua relevância na tomada de decisões, constatou-se que a qualidade da informação do gestor foi melhorada após comparação do antes e depois da aplicação do plano de ações.

Intenciona-se continuar avaliando a qualidade da informação do gestor a fim de propor melhorias quando necessárias. Neste sentido, será mantida a continuidade da aplicação dos ciclos de pesquisa-ação, fazendo avaliações contínuas que poderão ser úteis aos próximos gestores, bem como servir de modelo para outros tomadores de decisões com o mesmo problema identificado.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José E. F. de. **Qualidade da Informação Contábil em Ambientes Competitivos**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP. 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29112010-182706/pt-r.php>>. Acesso em: 15 nov. 2015 às 21:57h.

ALMEIDA, José Pedro R. P. de. **A Qualidade da Informação no RHV**. 102 f. Dissertação Dissertação (Mestrado em Engenharia Biomédica). Informática Médica. Escola de Engenharia. Universidade do Minho, Portugal, 2009. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20609>> Acesso em: 13 fev. 2017 às 12:15h.

BAKER, C. R. *Towards the Increased Use of Action Research in Accounting Information Systems*. **Accounting Forum**. Vol. 24. Nº 4, 2000.

BENTANCOURT, Silvia M. P. **SERVQUAL como Instrumento de Gestão da Qualidade da Informação em Ambiente EAD**. 108p. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC: UFSC, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160691/337966.pdf?sequence=1&isAllowed=ybtd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/05/Fernanda-dos-Santos.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2017 às 20:32h.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília – DF: Presidência da República – Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 16 out. 2016 às 15:47h.

_____. **Lei nº. 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília – DF: Presidência da República – Casa Civil, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 16 out. 2016 às 14:22h.

_____. **Lei nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília – DF: Presidência da República – Casa Civil, 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm> Acesso em: 16 out. 2016 às 18:20h.

_____. **Lei Complementar nº. 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília – DF: Presidência da República – Casa Civil, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 10 out. 2016 às 10:21h.

BRASIL. **Decreto Federal n.º 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília – DF: Presidência da República – Casa Civil, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 20 out. 2016 às 18:57:12h.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. **Manual do SIAFI - Macrofunção 020801: Gerenciamento e Segurança do Sistema**. 2012. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/pdf/020000/020800/020801>>. Acesso em: 11 jun. 2016 às 22:23h.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. **Demonstrações Contábeis – DCON**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/demonstracoes-contabeis-dcon>> Acesso em: 15 fev. 2017 às 15:22h.

_____. **Manual do SIAFI - Macrofunção 020301: Elaboração e Execução Orçamentária**. 2015. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/pdf/020000/020300/020301>>. Acesso em: 11 jun. 2016 às 18:44h.

_____. **Segurança no SIAFI**. 2015a. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/modelo-artigo-siafi/-/asset_publisher/G4pwX6fShrZj/content/seguranca>. Acesso em: 27 jan. 2015 às 11:50h.

_____. **Objetivos do SIAFI. 2016**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/en/objetivos>>. Acesso em: 25 out. 2016 às 11:39h.

_____. MCASP. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 6ª ed. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6ªedição_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773>. Acesso em: 04 out. 2015 às 18:07h.

_____. _____. 7ª ed. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em: 13 mar. 2017 às 18:20h.

_____. PCASP. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Parte IV**. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios Válido para o exercício de 2017. Portaria STN n.º. 510/2016 7ª ed. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/495099/MCASP+7+Parte+IV+PCASP.pdf/f517a70a-0d6f-4ca2-b580-0c7ca1f97a80>> Acesso em: 10 set. 2017 às 20:09h.

_____. MTO. **Manual Técnico de Orçamento**. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual- tecnico/ mto_2015_1a_edicao-150514.pdf>. Acesso em: 04 out. 2015 às 15:02h.

CALAZANS, Angélica T. S. Qualidade da informação: conceitos e aplicações. **TransInformação**. Campinas, 20(1): 29-45, jan./abr., 2008. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/539/519>> Acesso em: 12 abr. 2017 às 10:28h.

CAMARGO, Arthur Mesquita. Analisando os Discursos dos Deputados Federais: A linguística da informação contábil nos discursos sobre contabilidade pública. **E-legis**. Brasília, n. 20, p. 58-74, maio/ago 2016. Disponível em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/256/357>> Acesso em: 15 fev. 2017 às 16:02h.

CASTRO, Domingos P. de. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público: Integração das Áreas do Ciclo de Gestão: Contabilidade, Orçamento e Auditoria e Organização dos Controles Internos, como suporte à Governança Corporativa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Publicação eletrônica. [56] p. 1. Normas Brasileiras de Contabilidade - Brasil. 2. Contabilidade Pública. I. Título. CDU – 336.1:657(81)(083.74) Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/11/setor_publico.pdf> Acesso em: 10 mar. 2017 às 18:35h.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP. **Manual do Ordenador de Despesas**. 2014. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/COMPLETO_Manual_do_Ordenador_WEB.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015 às 19:17h.

COSTA, Luiz E. R. P. **O controle interno sobre as informações contábeis do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal: O caso do Tribunal de Contas**. Monografia (Especialização em Contabilidade e Orçamento Público). Universidade de Brasília – UNB. Brasília-DF: TCU, 2006. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/controle-interno-sobre-as-informacoes-contabeis-do-sistema-integrado-de-administracao-financeira-do-governo-federal-o-caso-do-tribunal-de-contas-da-uniao-o.htm>> Acesso em: 20 out. 2016 às 20:34h.

COUGHLAN, Paul; COUGHLAN, David. *Action research for operations management*. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 22, n. 2, p. 220-240, 2002. <http://dx.doi.org/10.1108/01443570210417515>.

DAVENPORT, T. H. Ecologia da Informação. São Paulo; Futura, 1998. In. ZANUZ, Francieli M. B. **Impacto da qualidade da informação no trabalho individual: análise do uso de um sistema de informação na administração pública**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco-PR: UTFPR, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1241>>. Acesso em: 30 out. 2016 às 22:31h.

DAVENPORT, Thomas H.; HARRIS, Jeanne G. *Automated Decision Making Comes of Age*. **MIT Sloan Management Review**. Summer 2005, v. 46, n. 4, p. 83-89. In. ZANUZ, Francieli M. B. **Impacto da qualidade da informação no trabalho individual: análise do uso de um sistema de informação na administração pública**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco-PR: UTFPR, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1241>>. Acesso em: 30 out. 2016 às 22:31h.

FAVARETTO, Fábio. Experimento para análise da implantação da medição da qualidade da informação. **Produção**, v. 17, n. 1, p. 151-161, Jan./Abr. 2007. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC-PR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v17n1/10.pdf>> Acesso em: 14 nov. 2015 às 22:05h.

FAVARETTO, Fábio; MATTIODA, Rosana A. Qualidade da Informação em duas empresas que utilizam Data Warehouse na perspectiva do consumidor de informação - um estudo de caso. Artigo. São Carlos: **Gest. Prod.** [online] 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v16n4/a13v16n4.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015 às 17:10h.

_____. Medição da qualidade da informação: um experimento na pesquisa em bases de dados científicas. **XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção** – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de nov de 2005. ENEGEP 2005 ABEPRO 4572. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281243414_Medicao_da_qualidade_da_informacao_um_experimento_na_pesquisa_em_bases_de_dados_cientificas> Acesso em: 22 abr. 2017 às 15:30h.

FÉ, Ana Lucia M. BI de Novo na Agenda do CIO. **InfoCorporate**. Janeiro 2006, n. 28, p. 27-39. In. ZANUZ, Francieli M. B. **Impacto da qualidade da informação no trabalho individual: análise do uso de um sistema de informação na administração pública**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco-PR: UTFPR, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1241>>. Acesso em: 30 out. 2016 às 22:31h.

FEIJÓ, Paulo H.; PINTO, Liane F.; MOTA, Francisco G. L.; SILVA, Louise C. da. **Curso de Siafi: Uma Abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeira**. 3ª ed. Volume I, Brasília, DF: Gestão Pública, 2014.

FERREIRA, Osmar C. Arouck. **Atributos de Qualidade da Informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação. Universidade de Brasília, Brasília: UNB, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9501>> Acesso em: 05 dez. 2015 às 22:25h.

FRANCISCO, J. G. **A integração entre o planejamento e o orçamento público nas Instituições de Federais de Ensino Superior**: um estudo de caso múltiplo. 109 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Sistemas de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

FREITAS, A. L. P.; MANHÃES, N. R. C.; COZENDEY, M. I. Emprego do SERVQUAL na avaliação da qualidade de serviços de tecnologia da informação: uma análise experimental. In: **ENEGEP**, 26., 2006. Fortaleza. Anais... Fortaleza: ENEGEP, 2006.

GASPARETTO, Valdirene. O Papel da Contabilidade no Provimento de Informações para a Avaliação do Desempenho Empresarial. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Ano 01. V. 1. N°. 2. Jul/dez. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/717/608>> Acesso em: 28 set. 2016 às 10:40h.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 15ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONTIJO, Vander. Instrumentos de Planejamento e Orçamento. In. **Orçamento Brasil**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/cidadao/entenda/cursopo/planejamento.html>> Acesso em: 22 mar. 2017 às 10:15h.

GUALAZZI, Guilherme A. S.; CAMPOS, Fernando C. de. Avaliação da Qualidade da Informação em uma Empresa do Setor Metal-Mecânico. **Revista Produção Online**. Florianópolis, SC, v.12, n. 4, p. 1084-1105, out./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/viewFile/1012/966>> Acesso em: 08 mar. 2017 às 9:21h.

GUALAZZI, Guilherme A. S.; SANTOS, Gilmar S.; CAMPOS, Fernando C. de. Avaliação da Qualidade da Informação em Empresa de Projetos e Serviços de TI. **Perspectivas em Ciências Tecnológicas**. v. 2, n. 2, Mar. 2013, p. 21-38. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/avaliacao_da_qualidade_da_informacao_em_empresa_de_ti.pdf> Acesso em: 06 abr. 2017 às 12:15h.

HAIR JR., Joseph F; BABIN, Barry; MONEY, Arthur; SAMOUEL, Philip. **Fundamentos de Métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HORNGREN, Charles T. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. Trad. José Ricardo Brandão de Azevedo. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hal do Brasil, 2005.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – IFSP. **O Instituto Federal de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/instituicao/ifsp.html>>. Acesso em: 29 set. 2015 às 23:33h.

_____. **Portaria nº. 1003**, de 10 de março de 2014. Dispõe sobre a delegação de competência aos diretores gerais dos campi, quanto aos atos orçamentários, administrativos, financeiros e patrimoniais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <<http://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/Portaria-n%C2%BA-1003-de-10-de-mar%C3%A7o-de-2014.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2016 às 13:40h.

_____. Câmpus de Campos do Jordão – IFSPCJO. **Organograma IFSP - Câmpus Campos do Jordão**. Disponível em: <http://www.ifspcjo.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=366&Itemid=184>. Acesso em: 28 out. 2015 às 22:17h.

KAHN, Beverly K.; STRONG, Diane M. *Product and Service performance model for information quality: na update*. In: **3th International Conference on Information Quality**. Massachusetts Institute of Technology (MIT). Cambridge, 1998. In. ZANUZ, Francieli M. B. **Impacto da qualidade da informação no trabalho individual: análise do uso de um sistema de informação na administração pública**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco-PR: UTFPR, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1241>>. Acesso em: 30 out. 2016 às 22:31h.

LOPES, Ilza L. Novos paradigmas para avaliação da qualidade da informação em saúde recuperada na *Web*. **Ciência da Informação**, vol. 33, n.1 Brasília Jan./Apr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000100010> Acesso em: 02 fev. 2017 às 10:12h.

LYRIO, Maurício V. L.; MELO, Verônica de S.; CODESSO, Maurício M.; LUNKES, Rogério J. Orçamento por Desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 148-168, jan. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n1p148/26340>> Acesso em: 10 mar. 2017 às 20:42h.

MARTINS, Eliseu. Análise crítica de balanços. Parte 1. **Boletim IOB**. Temática Contábil e Balanços. Bol. 26. 2005.

MARTINS, Roberto A; MELLO, Carlos H. P; TURRIONI, João B. **Guia para elaboração de monografia e TCC em Engenharia de Produção**. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

MATTAR, Alexandre. **Critérios de avaliação da qualidade da informação em sistemas de internet banking**. 89 p. Dissertação (Mestrado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo: FEAUSP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-21012008-152839/pt-br.php>> Acesso em: 10 jan. 2017 às 13:18h.

MAUSS, César V. **Análise de Demonstrações Contábeis Governamentais: Instrumento de Suporte à Gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2012.

MORENO, Valter; CARVALHO, Luciana. Avaliação do potencial de aplicação do BSC em MPE's: uma Pesquisa Ação. **IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia-IV SEGeT**. Resende-RJ, 2007. Disponível em: <[http://www.cpge.aedb.br/seget/artigos/07/1090_BSC %20em%20MPEs.pdf](http://www.cpge.aedb.br/seget/artigos/07/1090_BSC%20em%20MPEs.pdf)> Acesso em: 11 nov. 2015 às 20:18h.

NAVES, Gladston G. **A contribuição do Sistema Integrado de administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para a promoção da Accountability: A percepção dos Usuários**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV. 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9014>>. Acesso em 11 nov. 2015 às 20:18h.

NAZÁRIO, Débora C.; SILVA, Paulo F. da; ROVER, Aires J. Avaliação da Qualidade da Informação Disponibilizada no Portal da Transparência do Governo Federal. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, n° 6, p. 180-199, 2012. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/metricas_do_portal_de_transparencia.pdf> Acesso em: 10 abr. 2017 às 12:50h.

ORNELLAS, Regina da S.; TAKAOKA, Hiroo. Qualidade da Informação: Divergências no entendimento e propostas de novas construções conceituais. **Prisma.Com** n.º 19, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/2414/pdf>> Acesso em: 10 abr. 2017 às 15:24h.

PADOVEZE, Clóvis L. **Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise**. 2ª. ed., São Paulo: Atlas, 2000.

PEREIRA, Júlia R. B.; FERREIRA, Rosana M.; BARROS, Omar J. E. de; SANTOS, Aldemar de A. Análise da versão Gerencial do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal sob a ótica das Características Qualitativas da Informação Contábil: um estudo de caso no Tribunal Regional Federal da 5ª Região. In: **Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil**. XIV Congresso USP - Controladoria e Contabilidade, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos/142014/447.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2015 às 10:57h.

PIPINO, Leo L.; LEE, Yang W.; WANG, Richard Y. *Data Quality Assessment. Communications of the ACM*. April 2002, v. 45, n. 4. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=506010>>. Acesso em: 30 out. 2016 às 23:35h.

ROCHA, Diones G. da; MARCELINO, Gileno F.; SANTANA, Cláudio M. Orçamento público no Brasil: a utilização do crédito extraordinário como mecanismo de adequação da execução orçamentária brasileira. **R. Adm.**, São Paulo, v.48, n.4, p.813-827, out./nov./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v48n4/14.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2017 às 21:20h.

SANTOS, Fernanda dos. **Qualidade da Informação Estratégica Organizacional utilizando a Casa da Qualidade**. 159p. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC: UFSC, 2016. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/05/Fernanda-dos-Santos.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2017 às 14:48h.

SANTOS, Marcio de A.; JAVORSKI, Marcia E.; GARCIA, Elias. A Contabilidade Pública como Instrumento de Apoio à Gestão e ao Controle da Administração Pública. In: V Encontro Paranaense de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais e VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, UNIOESTE, Cascavel-PR, 2009. **Anais...** Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIIISeminario/PESQUISA/CIENCIAS_CONTABEIS/ARTIGO_87.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015 às 20:22h.

SILVA, Clariovaldo E. T. da; NEVES, Thiago J. G. das; CAMPOS, Jansen D. da S.; VASCONCELOS, Ana Lúcia F. de S. Execução Orçamentária: Um Estudo sobre a Inscrição de Restos a Pagar nas Universidades Federais do Nordeste. **XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU**. A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade Florianópolis – Santa Catarina – Brasil 3, 4 e 5 de dezembro de 2014. ISBN. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132042/2014-343.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 28 mar. 2017 às 14:22h.

SILVA, Lino M. da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 6.^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lúcia da; MENEZES, Estela M. **Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4.^a ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2015 às 16:57h.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**. 2.^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TESOURO GERENCIAL. **Informações Gerais**. 2017. Disponível em: <<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/servlet/mstrWeb?pg=login&v=1509973235197>> Acesso em: 16 out. 2017 às 20:45h.

VASCONCELLOS, G. M. **A Gestão Orçamentária da UFS no período de 1998 a 2008**. 172 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

ZANUZ, Francieli M. B. **Impacto da qualidade da informação no trabalho individual: análise do uso de um sistema de informação na administração pública**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco-PR: UTFPR, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1241>>. Acesso em: 30 out. 2016 às 22:31h.

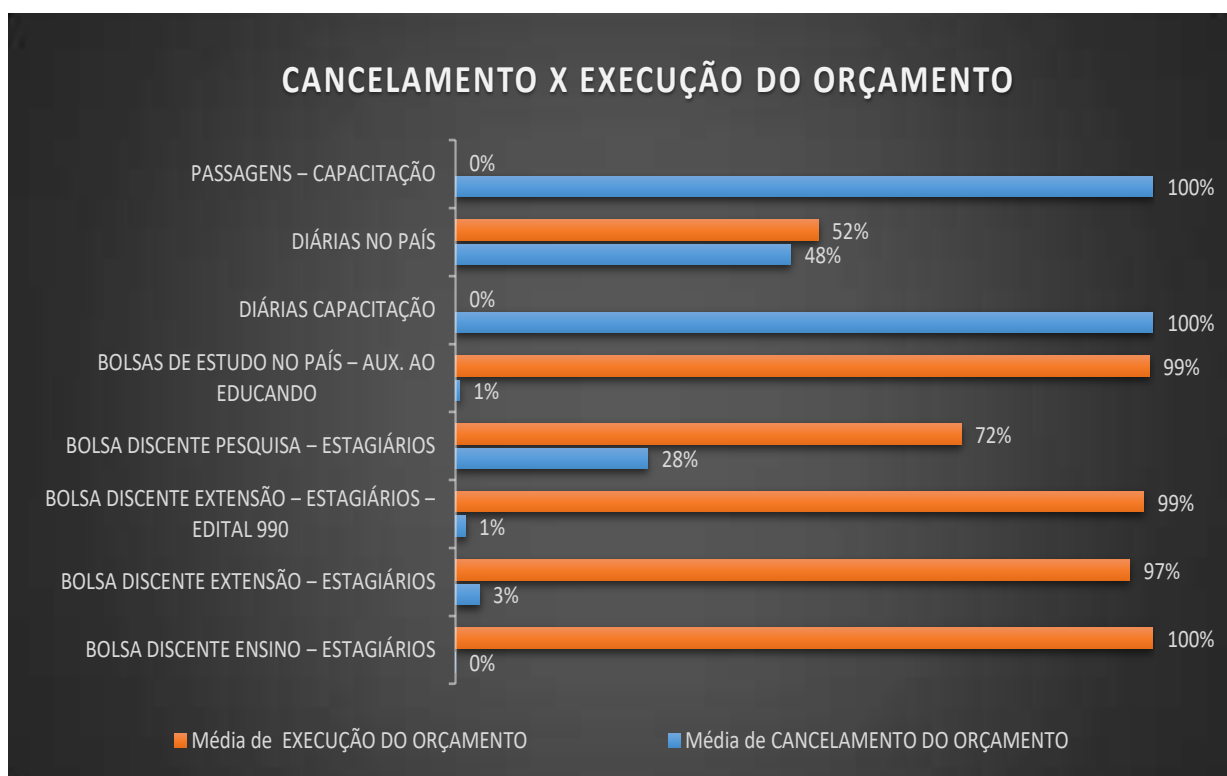
7 APÊNDICES

APÊNDICE A – FLAT TABLE – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2015

DESPESA QUALITATIVA	DESPESAS EMPENHADAS	ANULAÇÃO DE EMPENHOS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP PROCESSADOS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	CANCELAMENTO DO ORÇAMENTO
DIÁRIAS NO PAÍS	38.536,15	18.508,15	20.028,00	20.028,00	0,00	0,00	48,03%
DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS	2.627,00	237,50	2.389,50	2.389,50	0,00	0,00	9,04%
DIÁRIAS CAPACITAÇÃO	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS - AUX. AO EDUCANDO	453.619,00	2.470,00	451.149,00	451.149,00	0,00	0,00	0,54%
BOLSA DISCENTE ENSINO – ESTAGIÁRIOS	26.280,05	0,05	26.280,00	26.280,00	0,00	0,00	0,00%
BOLSA DISCENTE EXTENSÃO – ESTAGIÁRIOS – EDITAL 990	28.800,00	400,00	28.400,00	28.400,00	0,00	0,00	1,39%
BOLSA DISCENTE EXTENSÃO – ESTAGIÁRIOS	24.000,05	814,05	23.186,00	23.186,00	0,00	0,00	3,39%
BOLSA DISCENTE PESQUISA – ESTAGIÁRIOS	25.392,05	6.992,05	18.400,00	18.400,00	0,00	0,00	27,54%
AUXÍLIOS PARA DESENV. DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.440,00	602,14	1.837,86	1.837,86	0,00	0,00	24,68%
AUXÍLIOS PARA DESENV. DE ESTUDOS E PESQUISAS	3.280,00	0,00	3.280,00	3.280,00	0,00	0,00	0,00%
AUXÍLIOS PARA DESENV. DE ESTUDOS E PESQUISAS	4.618,80	0,00	4.618,80	4.618,80	0,00	0,00	0,00%
AUXÍLIO A PESQUISADORES	6.000,00	500,00	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	8,33%
PASSAGENS – CAPACITAÇÃO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO – ALIMENTAÇÃO SECA	27.130,78	0,00	0,00	0,00	0,00	27.130,78	0,00%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	17.797,80	0,00	8.287,90	8.287,90	0,00	9.509,90	0,00%
MATERIAL DE COPA E COZINHA	6.564,67	0,00	6.331,37	6.331,37	0,00	233,30	0,00%
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	201,80	0,00	201,80	201,80	0,00	0,00	0,00%
MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS/ INSTALAÇÕES	1.315,60	0,00	1.315,60	1.315,60	0,00	0,00	0,00%
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	19.289,36	0,00	13.726,76	13.726,76	0,00	5.562,60	0,00%
APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL + JARDINAGEM	126.606,05	0,00	120.322,71	115.908,74	4.413,97	6.283,34	0,00%
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	177.998,00	0,00	163.164,43	137.136,50	26.027,93	14.833,57	0,00%
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	838.077,12	0,00	767.471,70	678.299,61	89.172,09	70.605,42	0,00%
MULTAS INDEDUTÍVEIS	67,91	0,00	67,91	67,91	0,00	0,00	0,00%
JUROS	10,19	0,00	10,19	10,19	0,00	0,00	0,00%
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	88.683,28	0,00	71.171,83	69.069,97	2.101,86	17.511,45	0,00%
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	22.100,00	0,00	10.885,33	10.885,33	0,00	11.214,67	0,00%
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	29.508,30	0,00	2.320,51	2.320,51	0,00	27.187,79	0,00%
COMUNICAÇÃO DE DADOS	46.500,00	0,00	42.395,64	42.395,64	0,00	4.104,36	0,00%
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	21.396,77	0,00	0,00	0,00	0,00	21.396,77	0,00%
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	5.015,95	0,00	0,00	0,00	4.306,69	709,26	0,00%
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	18.166,71	0,00	0,00	0,00	0,00	18.166,71	0,00%
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	30.332,03	0,00	0,00	0,00	0,00	30.332,03	0,00%
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	13.211,14	0,00	0,00	0,00	0,00	13.211,14	0,00%
TOTAL	2.110.566,56	35.523,94	1.792.742,84	1.671.026,79	126.022,54	404.015,63	

Fonte: Elaborado pela Autora

APÊNDICE B – DASHBOARD – CANCELAMENTO X EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO



Fonte: Elaborado pela Autora

APÊNCIDE C – TABELA DINÂMICA – CANCELAMENTO X EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Rótulos de Linha	Média de CANCELAMENTO DO ORÇAMENTO	Média de EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
BOLSA DISCENTE ENSINO – ESTAGIÁRIOS	0%	100%
BOLSA DISCENTE EXTENSÃO – ESTAGIÁRIOS	3%	97%
BOLSA DISCENTE EXTENSÃO – ESTAGIÁRIOS – EDITAL 990	1%	99%
BOLSA DISCENTE PESQUISA – ESTAGIÁRIOS	28%	72%
BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS – AUX. AO EDUCANDO	1%	99%
DIÁRIAS CAPACITAÇÃO	100%	0%
DIARIAS NO PAÍS	48%	52%
PASSAGENS – CAPACITAÇÃO	100%	0%
Total Geral	35%	65%

Fonte: Elaborado pela Autora

APÊNDICE D – DASHBOARD – DESPESAS EMPENHADAS X RESTOS A PAGAR

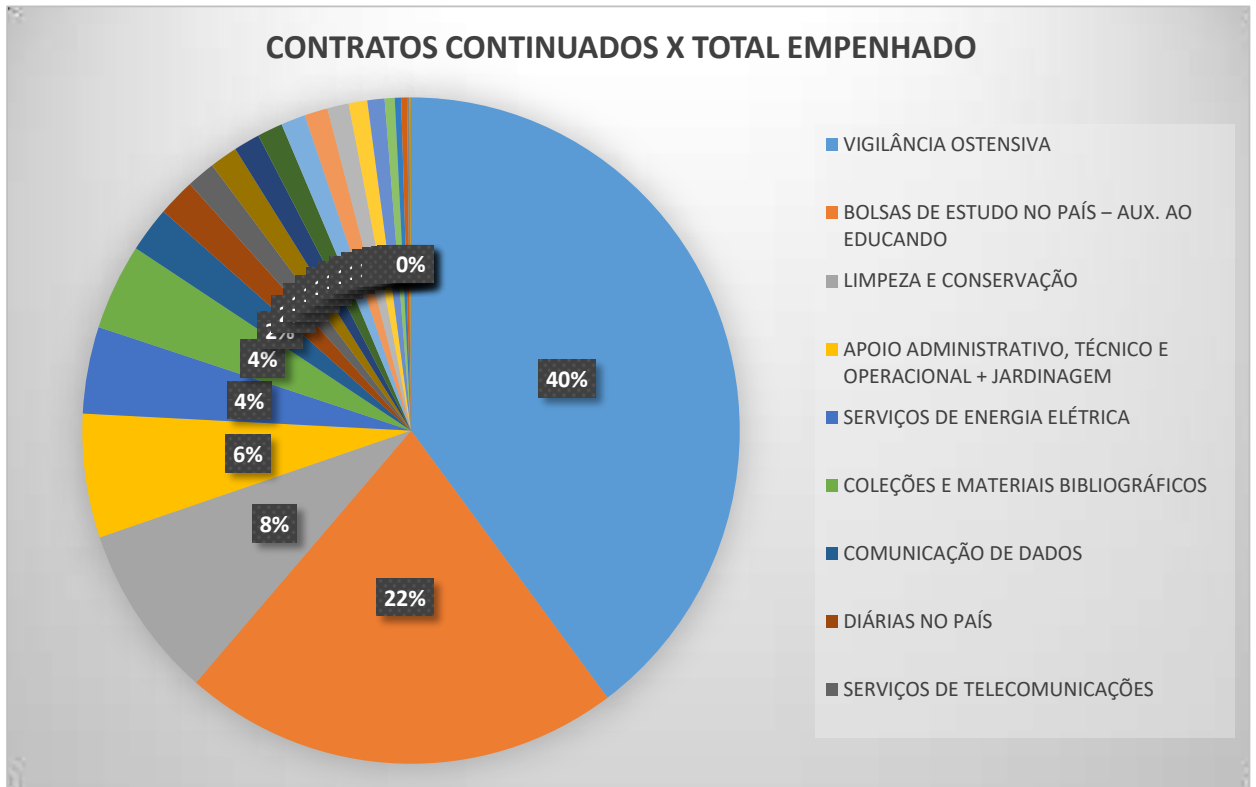
Fonte: Elaborado pela Autora

APÊNDICE E – TABELA DINÂMICA – DESPESAS EMPENHADAS X RESTOS A PAGAR

Rótulos de Linha	Soma de DESPESAS EMPENHADAS	Soma de DESP. INSCRITAS EM RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS
33903007	27.130,78	27.130,78
33903016	17.797,80	9.509,90
33903021	6.564,67	233,30
33903026	19.289,36	5.562,60
33903701	126.606,05	10.697,31
33903702	177.998,00	40.861,50
33903703	838.077,12	159.777,51
33903943	88.683,28	19.613,31
33903944	22.100,00	11.214,67
33903997	46.500,00	4.104,36
44905218	88.122,60	88.122,60
Total Geral	1.458.869,66	376.827,84

Fonte: Elaborado pela Autora

APÊNDICE F – DASHBOARD – CONTRATOS CONTINUADOS X TOTAL EMPENHADO



Fonte: Elaborado pela Autora

APÊNDICE G – TABELA DINÂMICA – CONTRATOS CONTINUADOS X TOTAL EMPENHADO

Rótulos de Linha	DESPESAS EMPENHADAS - TOTAL
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	39,80%
BOLSAS DE ESTUDO NO PAÍS – AUX. AO EDUCANDO	21,54%
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	8,45%
APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL + JARDINAGEM	6,01%
SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	4,21%
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	4,19%
COMUNICAÇÃO DE DADOS	2,21%
DIÁRIAS NO PAÍS	1,83%
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1,40%
BOLSA DISCENTE EXTENSÃO – ESTAGIÁRIOS – EDITAL 990	1,37%
GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO – ALIMENTAÇÃO SECA 339032	1,29%
BOLSA DISCENTE ENSINO – ESTAGIÁRIOS	1,25%
BOLSA DISCENTE PESQUISA – ESTAGIÁRIOS	1,21%
BOLSA DISCENTE EXTENSÃO – ESTAGIÁRIOS	1,14%
SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	1,05%
MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	0,92%
MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,85%
AUXÍLIOS PARA DESENV. DE ESTUDOS E PESQUISAS	0,49%
MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,31%
AUXÍLIO A PESQUISADORES	0,28%
DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS	0,12%
MATERIAL P/ MANUT. DE BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	0,06%
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	0,01%
Total Geral	100,00%

Fonte: Elaborado pela Autora

8 ANEXO

ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO COM A INSTITUIÇÃO



Declaração de Interesse e Compromisso com Projeto de Mestrado

Declaramos que o Campus Campos do Jordão do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP está de acordo e apoia a realização da pesquisa: **“O SIAFI como fonte tempestiva de informações: Um estudo sobre a utilização dos dados necessários à gestão da conformidade contábil enfocando os Balanços Públicos numa Instituição Federal de Ensino”** a ser proposta pela servidora técnico administrativo – contadora Jerusa Oliveira Machado lotada neste campus, como tema de mestrado profissional.

Este campus estará permitindo o acesso as informações necessárias a pesquisa, ressalvada as informações protegidas por sigilo legal e funcional, bem como contribuindo, se necessário for, no contato com os representantes de outras Unidades Gestoras do Órgão.

Campos do Jordão, 20 de janeiro de 2015.

Udo Alexandre Wagner
Diretor Geral do Campus - Substituto
Portaria 6.520 de 16/12/2014
SIAPE: 1968917

Marcos Aurélio Barbosa de Lima
Gerente Administrativo
SIAPE: 1674111
Marcos Aurélio Barbosa de Lima
Gerente de Administração
campus Campos do Jordão do IFSP